

**INEPAR S.A. INDÚSTRIA E
CONSTRUÇÕES – em Recuperação
Judicial**

**Demonstrações Financeiras
Períodos findo em 30 de setembro de 2017 e
31 de dezembro de 2016**

Conteúdo

Comentário de Desempenho

Relatório dos Auditores Independentes

Balanço Patrimonial

Demonstração de Resultados

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração do Resultado Abrangente

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Demonstração do Valor Adicionado

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO
ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM 30 DE
SETEMBRO DE 2017

Senhores Acionistas,

A Administração da INEPAR S.A. Indústria e Construções – Em Recuperação Judicial, em observância às normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários, submete à apreciação dos acionistas os fatos e eventos relevantes do terceiro trimestre de 2017, acompanhados das Demonstrações Financeiras.

Abaixo relacionamos alguns aspectos preponderantes da recuperação judicial:

Aprovação do plano com mais de 90% do quórum de credores, sendo que houve aprovação de 99,3% dos credores classificados na classe I.

Maior conversão de dívida em participação da história do país via solução inovadora com a emissão das debêntures perpétuas conversíveis em ações da INEP3, remuneradas por lucro, sem desconto no valor de face das dívidas novadas e com elementos de melhores práticas de governança corporativa.

Pagamentos expressivos de obrigações trabalhistas, tanto dos passivos do plano de recuperação judicial como das obrigações correntes.

Liquidação de aproximadamente 83% dos compromissos assumidos com o plano de recuperação judicial.

A homologação do Plano de Recuperação permitiu a estabilização da estrutura de capital da Inepar, pois somente com a emissão de novas ações da Companhia e de debêntures perpétuas conversíveis em integralização por

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO
ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM 30 DE
SETEMBRO DE 2017

créditos quirografários, apresentou uma redução de mais R\$ 1.6 bilhão em seu passivo financeiro, dentre outros itens chaves de reestruturação financeira.

Com base no parecer dos nossos consultores jurídicos e contábeis efetuamos a reclassificação, para o patrimônio líquido, dos créditos que não mais representam passivos para a Companhia e que serão obrigatoriamente convertidos em debêntures perpétuas, e/ou ações a serem emitidas oportunamente pela Companhia, perfazendo o montante de R\$ 238.097 mil.

De acordo com o Parecer Contábil do Professor Eliseu Martins, a empresa classificou nas demonstrações financeiras as debêntures perpétuas emitidas como instrumentos patrimoniais, tendo em vista que as mesmas não geram obrigação da Companhia de entregar caixa ou outro instrumento patrimonial em condições desfavoráveis, sendo mandatoriamente conversíveis em ações.

A empresa continua se dedicando na aplicação das ações previstas no Plano de Recuperação Judicial do Grupo Inepar, onde alcançamos significativos resultados com a redução do endividamento junto às empresas e funcionários e também redução nas obrigações tributárias. Desta forma, cumprindo os compromissos assumidos no Plano de Recuperação Judicial, a INEPAR desenvolveu diversas ações para a monetização de alguns ativos não operacionais do Grupo, visando a adequação do fluxo de caixa a saber:

- Adesão ao Programa de Recuperação Fiscal (REFIS) instituído pela Lei 12.996/2014 de 20/06/2014. Esta adesão ao Refis, permitiu uma redução significativa no montante dos débitos com o aproveitamento dos benefícios previstos na legislação aplicável, de redução de juros, multas e encargos legais, bem como após a liquidação dos juros e multas remanescentes por meio da utilização do prejuízo fiscal e base negativa da CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido). Quanto ao pagamento inicial de até 20% previsto

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO
ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM 30 DE
SETEMBRO DE 2017

no Programa Refis, em 27 de julho de 2015, foram utilizados os créditos fiscais transferidos pela Andritz Hydro Inepar.

- Venda da participação acionária no capital da TIISA-Triunfo IESA Infraestrutura S/A. Esta alienação gerou recursos necessários para os pagamentos das dívidas junto aos credores e também aos funcionários, além da garantia do recebimento de energia elétrica para utilização na fábrica de Araraquara até 2019.

- Venda da participação acionária no capital da Andritz Hydro Inepar do Brasil S/A. Esta alienação permitiu recursos através de créditos fiscais para a liquidação do valor de até 20% sobre os débitos fiscais necessários para a adesão ao programa Refis.

- Venda ao BNDES pelo valor de R\$ 151,7 milhões da participação acionária no capital da Energisa Mato Grosso S/A, através de leilão judicial. Os recursos desta alienação foram utilizados para abater parte da nossa dívida junto ao BNDES, e também para propiciar um perdão do saldo restante deste contrato.

Após a liquidação deste contrato junto ao BNDES, ainda restou um saldo devedor de outro contrato no montante de R\$ 314 milhões que foi renegociado para pagamento em 20 anos com correção pela TJLP + 3 a.a.

Em 2018 a Administração está em contato com o BNDES visando sanar as pendências existentes.

-Venda da participação acionária no capital da Inepar Telecomunicações S/A e da Inepar Capacitores S/A. Estes recursos também foram utilizados para a liquidação de passivos correntes das empresas do Grupo Inepar.

A Administração continua engajada e confiante na reversão do patrimônio líquido do Grupo INEPAR que envolve a conclusão do plano de alienação de

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO
ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM 30 DE
SETEMBRO DE 2017

“ativos non-core” e o reconhecimento de processos judiciais (segundo as normas contábeis vigentes, os processos judiciais só podem ser efetivamente reconhecidos na conta de ativos após decisão favorável, em última instância, ao passo que os investimentos tanto em ativos operacionais como não operacionais não podem ser reavaliados) e, portanto, devem ser reconhecidos apenas quando da sua realização. É oportuno destacar que o Grupo INEPAR tem hoje um grande volume em discussão de pleitos e adicionais contratuais junto aos clientes, com alta probabilidade de êxito, resultantes de discussões jurídicas e administrativas de alterações no escopo, prazo, quantidade, preço, problemas de medição e atrasos de recebimento na prestação de serviços e venda de equipamentos, junto a clientes de economia pública, mista e privado.

No curto prazo a empresa está empenhada em recompor a sua carteira de pedidos visando gerar novos empregos, equilibrar o seu fluxo de caixa e tem como objetivo encerrar a sua recuperação judicial no menor prazo possível.

No médio e longo prazo, com a recuperação da economia brasileira, a empresa, através das suas subsidiárias, tende a gerar oportunidades com projetos na área de infraestrutura, pois neste período de recuperação judicial efetuou e está ainda fazendo uma readequação nas suas despesas operacionais e redução dos custos de produção.

Além do esforço comercial com a readequação de custos e de sua competitividade, a Inepar possui “ativos non-core” que devem ser vendidos, já em negociação, que podem render saldos de fluxo de caixa para a empresa.

Com o objetivo de manter a continuidade da empresa com geração de fluxo de caixa positivo, para cumprir com as obrigações do Plano de Recuperação e também para suprir as necessidades de caixa dos projetos que estão em andamento e para os demais projetos que a empresa irá participar, a

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO
ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM 30 DE
SETEMBRO DE 2017

administração está trabalhando na alienação de diversos ativos listados no Plano de Recuperação Judicial, entre os quais citamos:

Alienação das ações da UPI IOG (Óleo&Gás), das ações da UPI de Charqueadas, e do imóvel de Macaé.

Alienação de parte dos ativos (máquinas e imóvel) que compõem a UPI IPM de Araraquara.

Em 13 de abril de 2018 estava previsto a realização de um leilão para a alienação dos ativos da unidade de negocio de geração de energia.

Por decisão do Juiz responsável pela Recuperação Judicial, este leilão foi transferido para a data de 21 de maio de 2018 mantendo valida a proposta já apresentada e permitindo a possibilidade da apresentação de novas propostas.

Constituição do FIDC (Fundo de Investimento em direitos creditórios não padronizados) com diversos ativos financeiros, com o objetivo de efetuar os pagamentos das obrigações constantes do Plano de Recuperação Judicial.

Acordo com bancos para liquidação da nossa dívida, com o repasse de bens que não fazem parte “non-core” da empresa.

Arbitragem para ressarcimento de diversos valores envolvendo o cancelamento por parte da Petrobras do contrato de fornecimento de módulos para plataformas e que estavam sendo fabricados no município de Charqueadas.

AUDITORIA EXTERNA

Atendendo às disposições da Instrução CVM 381/03, a INEPAR informa que neste trimestre encerrado em 30/09/2017 não ocorreu a prestação de qualquer

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO
ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM 30 DE
SETEMBRO DE 2017

serviço que não seja o de auditoria das demonstrações financeiras pela RSM Brasil Auditores Independentes. A Companhia adota como política atender às regulamentações que definem as restrições de serviços dos auditores independentes. As demonstrações financeiras individuais da Companhia estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as demonstrações financeiras consolidadas estão de acordo com as normas internacionais dos relatórios financeiros (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e formam parte das demonstrações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte de nossos auditores independentes.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes em instruções da CVM, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as demonstrações financeiras relativas ao 3º trimestre encerrado em 30 de setembro de 2017 e com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, autorizando a sua divulgação.

Relatório de revisão dos auditores independentes sobre as informações financeiras intermediárias trimestrais individuais e consolidadas

Aos:

Acionistas e Administradores da

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

São Paulo - SP

1. Introdução

Revisamos as demonstrações financeiras intermediárias trimestrais da Inepar S.A. Indústria e Construções-em Recuperação Judicial ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2017, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 30 de setembro de 2017, e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do passivo a descoberto e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária" e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias trimestrais individuais e consolidadas com base em nossa revisão.

2. Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

3. Base para conclusão com modificação (valores em R\$mil)

Realização dos ativos imobilizados e intangíveis da controlada indireta-lesa Óleo e Gás S.A- em Recuperação Judicial- A Companhia possui registrado diretamente no grupo de contas dos ativos consolidados imobilizados e intangível, respectivamente R\$140.466 e R\$21.046 em 30 de setembro de 2017, respectivamente. Em função dos sucessivos prejuízos operacionais apurados pela controlada, tornou-se necessário efetuar avaliação de impairment desses ativos. Contudo, além da inexistência de séries históricas consistentes, o Plano de Negócios desenvolvido pela controlada considera cenário composto por premissas vinculadas a ocorrência de eventos futuros, tais como a conclusão favorável da arbitragem em curso e monetizações de ativos, que não são passíveis de confirmação. Essas limitações nos impedem de concluir quanto a necessidade de ajustes ao valor de realização dos saldos registrados em 30 de setembro de 2017 nas rubricas de investimentos e dos ativos imobilizados e intangíveis da Companhia em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas respectivamente.

4. Conclusão sobre as informações financeiras trimestrais intermediárias

Com base em nossa revisão, exceto quanto aos possíveis efeitos que poderiam advir do parágrafo “base para conclusão com modificação”, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e a IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

5. Ênfases (valores em R\$mil)

Apresentamos logo abaixo, as seguintes ênfases, cujos assuntos descritos não contém uma modificação em nosso relatório de revisão:

(i) Incerteza significativa relacionada com a continuidade operacional- Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, a Inepar S.A Indústria e Construções-em Recuperação Judicial e outras empresas do Grupo Empresarial do qual faz parte encontram-se em recuperação judicial desde o ano de 2014. O plano de recuperação judicial apresentado pela Companhia foi aprovado pelos credores e homologado pelo Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo no ano de 2015. As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia, os quais preveem a liquidação de suas obrigações no curso habitual de suas atividades. A Companhia apresentou no consolidado e no individual, respectivamente em 30 de setembro de 2017, prejuízo no período de R\$150.307 e R\$148.190, passivo à descoberto de R\$1.115.207 e R\$1.082.493 e passivo circulante superior ao ativo circulante em R\$1.536.020 e R\$730.348. Além disso, as diretrizes de curto prazo traçadas no Plano de Viabilidade Econômico-Financeira e Comercial do Grupo Inepar não se concretizaram até a presente data. A efetiva execução do plano de recuperação aprovado definirá a perspectiva de a Companhia fazer face aos seus compromissos e dar continuidade normal às suas operações.

(ii) Cancelamento de contrato de fornecimento pela empresa controlada indireta IESA Óleo e Gás S.A - em recuperação judicial para o cliente Tupi BV/Petrobras- Conforme descrito na Nota Explicativa nº 22 às demonstrações financeiras, o contrato de fornecimento de grandes equipamentos flutuantes para produção, estocagem e transferência de petróleo pela empresa controlada indireta IESA Óleo e Gás S.A- em Recuperação Judicial para o cliente Tupi BV, empresa do Grupo Petrobras, foi rescindido unilateralmente pelo cliente. Conforme previsto em cláusula contratual, será instaurado processo de arbitragem internacional para apuração dos valores definitivos decorrentes dessa rescisão unilateral, abrangendo, principalmente, valores registrados no consolidado nas rubricas, respectivamente contas a receber-R\$117.545, estoques-R\$220.055 e provisão (passiva) para custos a incorrer- R\$306.709, perfazendo um total de ativos líquidos de R\$15.116. A realização financeira desses ativos e passivos dependerá do resultado desse processo de arbitragem.

6. Outros assuntos

(i) Demonstrações do Valor Adicionado- Revisamos, também, as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 30 de setembro de 2017, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas de maneira consistente, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

(ii) Revisão e auditoria, respectivamente do trimestre e do exercício precedente findos em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2016 (relatório de auditoria emitido em 23/01/2018)- Tais demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram revisadas e auditadas por outros auditores independentes que indicaram: modificação quanto a limitação de escopo para a auditoria da rubrica de estoques e de ausência de recebimento de confirmações externas de saldos contábeis e a ainda, limitação e parágrafo de ênfase semelhante às por nós contempladas e descritas nos itens 3 e 5 acima, respectivamente.

São Paulo, 20 de abril de 2018.

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Luiz Cláudio Fontes".

Luiz Cláudio Fontes
Contador CRC 1RJ-032.470/O-9 "T" PR "S" - SP

RSM Brasil Auditores Independentes - Sociedade Simples
CRC 2SP-030.002/O-7

A smaller version of the RSM logo, consisting of the three colored bars and the text "RSM" below them.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial
C.N.P.J. M.F - Nº 76.627.504/0001-06

Balanços Patrimoniais

Período findo em 30 de setembro de 2017 e exercício findo em 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
ATIVO					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	307	98	1.189	1.660
Clientes					
Contas a receber de clientes faturados	6	9.160	9.796	204.749	165.486
Contas a receber de clientes a faturar	6	-	-	17.828	55.142
Títulos e valores mobiliários	7	32.782	32.782	32.797	32.797
Estoques	8	-	-	199.610	221.309
Títulos a receber	9	-	-	4.160	4.160
Créditos de impostos	10	13.824	13.641	24.178	24.449
Dividendos a receber		-	-	64	64
Despesas antecipadas		-	-	311	390
Outros créditos	11	1.271	3.323	41.252	50.295
Total do Ativo Circulante		57.344	59.640	526.138	555.752
Não Circulante					
Realizável a longo prazo					
Clientes					
Contas a receber de clientes faturados	6	-	-	35.917	35.917
Contas a receber de clientes a faturar	6	482	482	482	482
Partes relacionadas	21	365.339	360.722	99.279	94.654
Títulos a receber	9	7.774	7.774	8.155	8.052
Créditos de impostos	10	63.005	64.043	114.511	116.440
Depósitos judiciais	-	10.543	10.542	65.795	65.529
Outros créditos	11	-	-	42.809	36.360
Investimentos	12	515.271	518.155	261.747	259.786
Imobilizado	13	130.297	133.453	349.576	361.832
Intangível	14	391.513	391.513	412.559	414.591
Total do Ativo Não Circulante		1.484.224	1.486.684	1.390.830	1.393.643
Total do Ativo		1.541.568	1.546.324	1.916.968	1.949.395

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

C.N.P.J. M.F - Nº 76.627.504/0001-06

Balanços Patrimoniais

Período findo em 30 de setembro de 2017 e exercício findo em 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
PASSIVO					
Circulante					
Fornecedores		22.421	20.498	113.023	100.726
Financiamentos e empréstimos		108.188	93.387	208.755	183.118
Debêntures	15	128.492	125.295	128.492	125.295
Salários e encargos sociais	16	26.247	20.971	357.065	310.445
Impostos e contribuições a recolher	17	331.391	302.228	526.221	469.114
Dividendos propostos		4.231	4.231	4.255	4.255
Provisão de custos e encargos	18	-	-	316.982	338.300
Adiantamentos de clientes	19	1.240	-	155.208	163.332
Títulos a pagar		34.149	32.478	34.287	32.616
Outras contas a pagar	24	131.333	134.304	217.870	220.029
Total do Passivo Circulante		787.692	733.392	2.062.158	1.947.230
Não Circulante					
Exigível a longo prazo					
Financiamentos e empréstimos	15	261.926	255.444	281.477	277.175
Salários e encargos sociais		-	-	18.204	17.582
Impostos e contribuições a recolher	17	235.695	235.566	372.431	379.926
Partes relacionadas	21	357.668	357.867	27.842	24.962
Impostos diferidos	20.1	33.230	33.940	108.438	111.382
Provisão de custos e encargos	18	2.303	2.303	2.303	2.303
Provisão para contingências	22	57.461	57.461	141.632	141.632
Provisão para passivo a descoberto	23	875.910	798.244	1.260	1.260
Outras contas a pagar	24	12.176	9.162	16.430	13.406
Total do Passivo Não Circulante		1.836.369	1.749.987	970.017	969.628
Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto)					
Patrimônio líquido da controladora (Passivo a descoberto)					
Capital social	25	407.299	407.299	407.299	407.299
Gasto com subscrição de ações		(3.073)	(3.073)	(3.073)	(3.073)
Reserva de capital		155.272	155.272	155.272	155.272
Reserva de reavaliação		33.569	34.469	33.569	34.469
Debêntures perpétuas		247.861	247.861	247.861	247.861
Créditos quirografários a converter		238.097	238.097	238.097	238.097
Prejuízos acumulados		(2.955.946)	(2.814.483)	(2.955.946)	(2.814.483)
Ajuste de avaliação patrimonial		794.428	797.503	794.428	797.503
		(1.082.493)	(937.055)	(1.082.493)	(937.055)
Participação dos minoritários		-	-	(32.714)	(30.408)
Total do Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto)		(1.082.493)	(937.055)	(1.115.207)	(967.463)
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto)		1.541.568	1.546.324	1.916.968	1.949.395

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

C.N.P.J. M.F - Nº 76.627.504/0001-06

Demonstrações de Resultados

Período findo em 30 de setembro de 2017 e exercício findo em 30 de setembro de 2016

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/09/2017	30/09/2016	30/09/2017	30/09/2016
Receita operacional líquida	27	-	-	30.539	66.249
Custos dos produtos e serviços		-	-	(42.230)	(74.794)
Lucro bruto		-	-	(11.691)	(8.545)
Receitas [despesas] operacionais		(87.765)	(138.516)	(30.466)	(68.275)
Despesas com vendas		(19)	(7)	(3.597)	(11.379)
Perdas/Reversões no receb. de crédito com clientes		-	2.601	(176)	3.617
Administrativas e gerais		(10.602)	(12.759)	(42.748)	(59.686)
Provisões para contingências		-	-	12.995	(705)
Outras receitas e despesas operacionais		6.057	8.852	3.543	(10.478)
Resultado da equivalência patrimonial	12	(83.201)	(137.203)	(483)	10.356
Resultado operacional		(87.765)	(138.516)	(42.157)	(76.820)
Despesas financeiras	28	(61.096)	(85.029)	(113.197)	(162.271)
Receitas financeiras	28	525	1.505	3.684	19.686
Resultado antes do imposto de renda		(148.336)	(222.040)	(151.670)	(219.405)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente	20.2	-	(20.445)	230	(24.419)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	20.2	246	(395)	1.133	(1.877)
Prejuízo do período		(148.090)	(242.880)	(150.307)	(245.701)
Atribuído a:					
Participação dos acionistas controladores				(148.090)	(242.880)
Participação dos acionistas não-controladores				(2.217)	(2.821)
				(150.307)	(245.701)
Quantidade de ações ordinárias ao final do período		86.123.467	86.123.467		
Quantidade de ações preferenciais ao final do período		63.136.159	63.136.159		
Prejuízo básico e diluído por lote de mil ações ordinárias - R\$		(951,89)	(1.561,19)		
Prejuízo básico e diluído por lote de mil ações preferenciais - R\$		(1.047,08)	(1.717,31)		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

C.N.P.J. M.F - Nº 76.627.504/0001-06

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto)

Período findo em 30 de setembro de 2017 e exercício findo em 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais)

	Capital Social		Reservas de Lucros		Lucros ou (Prejuízos) Acumulados	Debêntures Perpetuas	Créditos a Converter	Outros Resultados de Reavaliação	Custo Atribuído AAP	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Patrimônio Líquido dos Acionistas da Controladora	Participação dos Não Controladores no Patr.Liq. das Controladas	Patrimônio Líquido Total
	(-) Gastos com Subscrição de ações	Reservas de Capital	Ações em Tesouraria	Reservas de Reavaliação									
Em 31 de dezembro de 2015	407.299	155.272	(8.303)	(2.192.630)	247.861	217.760	35.669	67.240	737.633	(355.252)	(14.196)	(349.448)	
Prejuízo do Exercício	-	-	-	(622.963)	-	-	-	-	-	-	(622.963)	(15.727)	(638.690)
Ajuste patrimonial Reflexo de Investida (CBD)	-	-	-	4.396	-	-	-	-	-	-	4.396	-	(3.553)
Ganhos/Perdas de Capital s/ Coligadas	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.553)	-	(3.553)	-	(485)
Ajuste Conversão s/ Coligada no Exterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(485)	-	(4.038)
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.553)	(485)	(4.038)
Resultado Abrangente Total	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(622.120)	(16.212)	(638.332)
Créditos quirografários a converter	-	-	-	-	-	20.317	-	-	-	-	20.317	-	20.317
Realização da Reserva Reavaliação	-	-	-	1.200	-	-	(1.200)	-	-	-	-	-	-
Realização do Custo Atribuído ao Imobilizado	-	-	-	3.817	-	-	(3.817)	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2016	407.299	155.272	(8.303)	(2.806.180)	247.861	238.097	34.469	63.423	734.080	(937.055)	(30.408)	(967.463)	
Prejuízo do Período	-	-	-	(148.090)	-	-	-	-	-	-	(148.090)	(2.217)	(150.307)
Ajuste patrimonial Reflexo de Investida (CBD)	-	-	-	3.297	-	-	-	-	-	-	3.297	-	(645)
Ganhos/Perdas de Capital s/ Coligadas	-	-	-	-	-	-	-	-	(645)	-	(645)	-	(89)
Ajuste Conversão s/ Coligada no Exterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(89)	-	(734)
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(645)	(89)	(734)
Resultado Abrangente Total	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(145.436)	(2.306)	(147.744)
Realização da Reserva Reavaliação	-	-	-	900	-	-	(900)	-	-	-	-	-	-
Realização do Custo Atribuído ao Imobilizado	-	-	-	2.430	-	-	(2.430)	-	-	-	-	-	-
Em 30 de setembro de 2017	407.299	155.272	(8.303)	(2.847.643)	247.861	238.097	33.569	60.993	733.435	(1.062.493)	(32.714)	(1.115.207)	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

C.N.P.J. M.F - Nº 76.627.504/0001-06

Demonstração do Resultado Abrangente

Períodos findos em 30 de setembro de 2017 e 30 de setembro de 2016
(Em milhares de reais)

	30/09/2017	30/09/2016
Resultado Líquido do Período	(148.090)	(242.880)
Ajuste patrimonial Reflexo de Investida (CBD)	3.297	3.297
Ganhos/Perdas de Capital s/ Coligadas	(645)	(4.144)
Ajuste Conversão s/ Coligada no Exterior	(89)	(566)
Participação dos Minoritários	(2.217)	(2.821)
Resultado Abrangente do Período	(147.744)	(247.114)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial
C.N.P.J. M.F - Nº 76.627.504/0001-06

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Períodos findos em 30 de setembro de 2017 e 30 de setembro de 2016

(Em milhares de reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2017	30/09/2016	30/09/2017	30/09/2016
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Resultado do período	(148.090)	(242.880)	(150.307)	(245.701)
Despesas (receitas) que não afetam o caixa e equivalentes				
Depreciações e amortizações	3.156	3.165	12.950	13.466
Ganho / Perda na alienação de imobilizado/investimentos	-	-	2.077	3.562
Equivalência patrimonial	83.201	137.203	483	(10.356)
Variações monetárias e cambiais	24.481	24.227	33.156	24.778
Impostos diferidos	-	395	-	1.877
Provisões (Reversões)	-	-	(21.318)	(9.122)
Resultado do período ajustado	(37.252)	(77.890)	(122.959)	(221.496)
(Aumento) redução no ativo:				
Contas a receber de Clientes	636	(59)	(1.949)	(5.873)
Estoques	-	-	21.699	5.300
Títulos a receber	-	-	(103)	850
Créditos de impostos	855	3.056	2.200	18.739
Despesas antecipadas	-	-	79	1.120
Outros créditos	2.051	3.638	2.328	(28.550)
	3.542	6.635	24.254	(8.414)
Aumento (redução) no passivo				
Fornecedores	1.923	(1.292)	12.297	7.316
Salários e encargos sociais	5.276	2.890	47.242	45.930
Impostos e contribuições a recolher	29.292	64.110	49.612	93.304
Provisão para impostos diferidos	(710)	(859)	(2.944)	(3.564)
Adiantamentos de clientes	1.240	-	(8.124)	93.159
Títulos a pagar	1.671	275	1.671	274
Outras contas a pagar	43	(12.045)	778	(698)
	38.735	53.079	100.532	235.721
CAIXA GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	5.025	(18.176)	1.827	5.811
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS				
Bens destinado a vendas	-	-	117	-
Dividendos recebidos de coligadas	-	-	89	566
Ganho sobre participações	-	80	-	80
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	(739)	(135)
Aquisições imobilizados e Intangíveis	(4.617)	(7.683)	(4.625)	(8.885)
Operações de mútuos com empresas ligadas				
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(4.617)	(7.603)	(5.158)	(8.374)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS				
Amortização de financiamentos e empréstimos - principal	-	(1)	(19)	(1)
Amortização de financiamentos e empréstimos - juros	-	-	(1)	(2.196)
Operações de mútuos com empresas ligadas	(199)	25.704	2.880	840
CAIXA GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(199)	25.703	2.860	(1.357)
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	209	(76)	(471)	(3.920)
Saldo inicial do caixa e equivalentes	98	174	1.660	5.114
Saldo final do caixa e equivalentes	307	98	1.189	1.194
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	209	(76)	(471)	(3.920)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial
C.N.P.J. M.F - Nº 76.627.504/0001-06

Demonstração do Valor Adicionado

Períodos findos em 30 de setembro de 2017 e 30 de setembro de 2016

(Em milhares de reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2017	30/09/2016	30/09/2017	30/09/2016
RECEITAS	-	2.600	32.522	80.536
Venda de mercadorias, produtos e serviços	-	-	33.963	76.387
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	2.601	(176)	3.617
Outras Receitas / Despesas	-	(1)	(1.265)	532
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	5.065	6.080	(29.322)	(112.762)
Custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	-	6.080	(2.252)	(36.639)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	5.065	-	(27.070)	(76.123)
VALOR ADICIONADO BRUTO	5.065	8.680	3.200	(32.226)
Depreciação e Amortização	(3.156)	(3.165)	(12.950)	(13.466)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	1.909	5.515	(9.750)	(45.692)
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	(82.676)	(135.698)	3.201	30.042
Resultado de Equivalência Patrimonial	(83.201)	(137.203)	(483)	10.356
Receitas Financeiras	525	1.505	3.684	19.686
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	(80.767)	(130.183)	(6.549)	(15.650)
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
PESSOAL	3.870	4.748	22.650	26.957
Salários e encargos	3.215	3.772	14.510	16.211
Benefícios	543	764	6.045	8.042
FGTS	112	212	2.095	2.704
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	2.226	22.715	7.104	39.736
Federais	2.226	22.715	6.973	37.519
Estaduais	-	-	(165)	1.844
Municipais	-	-	296	373
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS DE TERCEIROS	61.227	85.234	114.004	163.358
Juros	61.096	85.029	113.197	162.271
Alugueis	131	205	807	1.087
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS	(148.090)	(242.880)	(150.307)	(245.701)
Prejuízo do período	(148.090)	(242.880)	(148.090)	(242.880)
Participação de acionistas minoritários	-	-	(2.217)	(2.821)
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO	(80.767)	(130.183)	(6.549)	(15.650)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 30 de Setembro de 2017 Dezembro de 2016.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES - em Recuperação Judicial é uma Companhia de capital aberto e está registrada no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob. nº 76.627.504/0001-06, e NIRE – Número de Inscrição de Registro de Empresas nº 35 3.0035492 3, e está sediada na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Alameda Dr. Carlos de Carvalho nº 373, Conjunto 1101, 11º andar, Centro, CEP 80410-180.

A Companhia tem como atividade a criação de soluções, a fabricação e o fornecimento de bens de capital, equipamentos e serviços destinados a geração, transmissão, distribuição e consumo de energia elétrica; exploração e beneficiamento de petróleo e gás; infraestrutura para movimentação de cargas; transporte ferroviário e metroviário; implantação e expansão de sistemas de infraestrutura para telecomunicações; participação em consórcios e em outras sociedades, no país e no exterior, na qualidade de sócio quotista ou acionista. Tais atividades são desempenhadas diretamente pela Companhia ou através de empresas controladas ou ligadas.

PROCESSO GLOBAL DA REESTRUTURAÇÃO E RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Em 29 de agosto de 2014, a INEPAR S.A. Indústria e Construções – em Recuperação Judicial ajuizou, em conjunto com as demais empresas do Grupo Inepar, pedido de recuperação judicial nos termos dos artigos 51 e seguintes da Lei 11.101/05.

A despeito dos esforços da administração junto aos credores, clientes e potenciais investidores, o pedido de recuperação judicial mostrou-se inevitável diante do agravamento da situação de crise econômico-financeira da Companhia.

A medida visou proteger o valor dos ativos das sociedades, atender de forma organizada e racional aos interesses da coletividade de seus credores, na medida dos recursos disponíveis e, principalmente, manter a continuidade de suas atividades.

Em 15 de setembro de 2014, foi proferida decisão deferindo, nos termos do artigo 52 da Lei 11.101/2005 (a LFRE), o processamento do pedido de recuperação judicial ajuizado pela INEPAR S.A. Indústria e Construções – em Recuperação Judicial e demais empresas.

A referida decisão determinou, ainda, dentre outras providências:

- a) Nomeou, como administrador judicial, a sociedade Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda.
- b) Determinou a suspensão de todas as ações e execuções em curso contra as sociedades do Grupo Inepar, nos termos do art. 6º, ressalvadas as ações previstas no art. 6º, §§ 1º, 2º e 7º, e o disposto no art. 49, §§ 3º e 4º, todos da LFRE.
- c) Determinou a dispensa de apresentação de certidões negativas para que as empresas exerçam suas atividades, exceto para contratação com o Poder Público ou para recebimento de benefícios ou incentivos fiscais e creditícios, e
- d) Determinou a apresentação, pelas empresas, de plano de recuperação judicial, na forma do art. 53 da LFRE, até o dia 24 de novembro de 2014.

O Plano de Recuperação Judicial foi apresentado no prazo determinado.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 30 de Setembro de 2017 Dezembro de 2016.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 13 de maio de 2015, os credores do Grupo Inepar, reunidos em Assembleia Geral, deliberaram pela aprovação do plano de recuperação judicial proposto pelas empresas em recuperação.

Em 21 de maio de 2015, o Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo proferiu decisão homologando o Plano de Recuperação Judicial apresentado pelas empresas do Grupo Inepar.

De acordo com o Plano de Recuperação Judicial os credores formalizaram a escolha da sua respectiva opção de recebimento dos créditos no prazo de até 60 (sessenta) dias a contar da Homologação Judicial do Plano, portanto, o prazo encerrou-se em 21 de julho de 2015.

Dando sequência aos procedimentos legais sobre a Recuperação Judicial, a Inepar S.A. Indústria e Construções – em recuperação judicial, realizou Assembleias com os acionistas nos dias 14 e 15 de outubro e em 25 de novembro e 28 de dezembro de 2015, visando às emissões das ações e debêntures perpétuas necessárias para cumprir os compromissos com os credores da Recuperação Judicial de todas as empresas do Grupo.

As empresas Inepar já honraram com aproximadamente 83% dos compromissos assumidos no Plano de Recuperação na ordem de R\$ 1,9 bilhões, restando R\$ 292,8 milhões sendo que R\$ 39 milhões estavam vencidos no final do exercício de 2016.

Conforme o Plano de Recuperação Judicial, os ativos das empresas Inepar foram avaliados em R\$ 3,2 bilhões (base novembro de 2014).

Os efeitos das conversões das dívidas em ações e debêntures foram refletidos nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2015.

Com base em Parecer Contábil do Professor Eliseu Martins, a Companhia classificou nas demonstrações financeiras as debêntures perpétuas emitidas como instrumentos patrimoniais, tendo em vista que as mesmas não geram obrigação da Companhia de entregar caixa ou outro instrumento patrimonial em condições desfavoráveis, sendo mandatoriamente conversíveis em ações.

A diferença entre o passivo baixado e o valor justo da debênture emitida, foi reconhecida como outros resultados abrangentes e não no resultado do exercício.

Ainda, com base no parecer dos nossos consultores jurídicos, efetuamos a reclassificação, em 2015, para o patrimônio líquido, dos créditos que não mais representam passivos para a Companhia e serão obrigatoriamente convertidos em debêntures perpétuas e ou ações a serem emitidas oportunamente pela Companhia, perfazendo o montante de R\$ 237.520 mil.

Destacamos ainda, que conforme as AGE's nºs 84º e 85º, realizadas em 25 de novembro e 28 de dezembro de 2015 respectivamente, foram autorizadas as 6º, 7ª, 8ª e 9ª emissão das debêntures perpétuas, totalizando o montante de R\$ 247.861 mil e as mesmas AGE's autorizaram também os aumentos de capital no montante de R\$ 163.592 mil.

O Plano de Recuperação Judicial propiciou à Companhia aderir ao Programa de Recuperação Fiscal (REFIS) instituído pela Lei 12.996/2014 de 20/06/2014. A adesão ao referido Refis permitiu uma redução no montante dos débitos com o aproveitamento dos benefícios previstos na legislação aplicável, de redução de juros, multas e encargos legais, bem como a liquidação dos juros e multas remanescentes por meio da utilização do prejuízo fiscal e base negativa da CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido).

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 30 de Setembro de 2017 Dezembro de 2016.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Inepar, cumprindo os compromissos assumidos no Plano de Recuperação Judicial, efetuou diversas alienações das suas participações societárias, dentre as quais destacamos:

- Venda da participação acionária da Iesa no capital da TIISA-Infraestrutura S.A..
- Venda da participação acionária da Inepar no capital da Inepar Telecomunicações S.A..
- Venda da participação acionária da Inepar no capital da Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A., o que nos permitiu recursos para a adesão ao Refis, e também permitiu recursos para encerrar o processo jurídico com a Itiquira Energética e Swiss RE.
- Alienação da participação acionária da Penta Participações e Investimentos Ltda. no capital das Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. (atual Energisa Mato Grosso S.A.).
- Venda da participação acionária da Iesa no capital da Inepar Capacitores S.A..

Estas monetizações de ativos “non-core” como Andritz e TIISA, propiciaram que as empresas Inepar fizessem a adesão ao programa Refis, permitindo assim uma redução considerável das suas dívidas tributárias.

A Inepar S.A. Indústria e Construções celebrou em 21 de novembro de 2016 contrato de prestação de serviços de escrituração com o Banco Petra S.A., para atuar como escriturador e banco liquidante das debêntures, sendo que o referido banco realizou a entrega das debêntures aos credores quirografários que optaram por converter os seus créditos em debêntures, nos termos do Plano de Recuperação Judicial da Companhia, e aos acionistas que exerceram o direito de preferência para subscrição das debêntures.

Após a reestruturação financeira efetivada nas empresas Inepar os credores concursais passarão a deter aproximadamente 83,5% de participação societária das empresas Inepar.

Outro item importante que destacamos refere-se as emissões das debêntures perpétuas conversíveis em ações, remuneradas por lucros, sem desconto no valor de face das dívidas novas e com elementos de melhores práticas de governança corporativa.

A empresa continua empenhada em recompor a sua carteira de pedidos, visando gerar novos empregos, bem como, equilibrar o seu fluxo de caixa e tem como objetivo encerrar a sua recuperação judicial no menor prazo possível.

No médio e longo prazo, com a recuperação da economia brasileira, a empresa através das suas subsidiárias tende a gerar oportunidade com projetos na área de infraestrutura, pois neste período de recuperação judicial efetuou uma readequação nas suas despesas operacionais e redução dos custos de fabricação.

A Companhia está atenta ao mercado para continuar vendendo os seus ativos “non-core”, o que deverá gerar saldo de caixa positivo.

Com o objetivo de manter a continuidade da empresa com geração de fluxo de caixa positivo para cumprir com as obrigações do Plano de Recuperação e também para suprir as necessidades de caixa dos projetos que estão em andamento e para os demais projetos que a empresa irá participar a administração está trabalhando para a concretização da intenção de alienação de diversos ativos listados no Plano de Recuperação Judicial, entre os quais citamos:

- Alienação das ações da UPI IOG (Óleo&Gás), das ações da UPI de Charqueadas, e do imóvel de Macaé.
 - Venda de parte das máquinas e parte do imóvel (fábrica) que compõem a UPI IPM de Araraquara.
- O Leilão que estava previsto para ser realizado em 13 de abril de 2018, foi por decisão do Sr, Juiz responsável transferido para o dia 21 de maio de 2018.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 30 de Setembro de 2017 Dezembro de 2016.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Constituição do FIDC (Fundo de Investimento em direitos creditórios não padronizados) com diversos ativos financeiros, com o objetivo de liquidação das dívidas constantes do Plano de Recuperação Judicial.
- Acordo com os bancos para liquidação da nossa dívida, utilizando principalmente as cotas do FIDC acima mencionado.
- Arbitragem envolvendo o cancelamento por parte da Petrobras do contrato de fornecimento de módulos para plataformas.

NOTA 2 - BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas compreendem:

a) Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas (coletivamente “CPCs”) emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), transformados em Normas Brasileiras de Contabilidade mediante aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e aplicáveis às Companhias Abertas mediante Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A partir de 2014, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais não diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas.

b) Demonstrações Financeiras Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas (coletivamente “CPCs”) emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), transformados em Normas Brasileiras de Contabilidade mediante aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e aplicáveis às Companhias Abertas mediante Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuível aos acionistas da controladora, constantes das demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e o resultado da controladora constante nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração e pela Diretoria em 20 de abril de 2018.

NOTA 3 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

3.1 Demonstrações Financeiras Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Inepar S.A. Indústrias e Construções - em Recuperação Judicial e suas controladas apresentadas abaixo:

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 30 de Setembro de 2017 Dezembro de 2016.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

<u>Empresas</u>	<u>Participação - %</u>	
	<u>30/09/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial	100,00	100,00
Inepar Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial	100,00	100,00
Penta Participações e Investimentos Ltda.	100,00	100,00
Innovida Participações S.A.	100,00	100,00

Os critérios adotados na consolidação são aqueles previstos na Lei Nº 6.404/76 com as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07 e pela NBC TG 36 (R3), dos quais destacamos os seguintes:

a) Eliminação dos saldos das contas ativas e passivas decorrentes das transações entre as sociedades incluídas na consolidação e eliminação das receitas e das despesas decorrentes de negócios com as Sociedades incluídas na consolidação;

b) Eliminação do investimento relevante na proporção de seu respectivo patrimônio;

c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios com as empresas incluídas na consolidação;

d) Destaque dos valores da participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido e no resultado;

e) Padronização das políticas contábeis e dos procedimentos usados pelas sociedades incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas com os adotados pela controladora, com o propósito de apresentação usando bases de classificação e mensuração uniformes.

3.2 Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

3.3 Compensação Entre Contas

Como regra geral, nas demonstrações financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma de contabilidade e esta compensação reflete a essência da transação.

3.4 Conversão em Moeda Estrangeira

Os itens nestas demonstrações financeiras são mensurados em moeda funcional Reais (R\$) que é a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia atua e na qual é realizada a maioria de suas transações, e são apresentados em milhares de Reais.

Transações em outras moedas são convertidas para a moeda funcional conforme determinações do Pronunciamento Técnico CPC 02 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras. Os itens monetários são convertidos pelas taxas de fechamento e os itens não monetários pelas taxas da data da transação.

3.5 Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em poder da Companhia, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez.

3.6 Ativos Financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: a) mensurados ao valor justo por meio do resultado; b) recebíveis; c) disponíveis para venda e d) outros ativos financeiros. A

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 30 de Setembro de 2017 Dezembro de 2016.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

(b) Recebíveis

Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis da Companhia compreendem “contas a receber de clientes e demais contas a receber” e “caixa e equivalentes de caixa”.

(c) Ativos financeiros disponíveis para venda

Ativos financeiros que não se qualificam nas categorias “a” e “b” acima. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são avaliados pelo valor justo e as suas flutuações, exceto reduções em seu valor recuperável, e as diferenças em moedas estrangeiras destes instrumentos, são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. Quando um investimento deixa de ser reconhecido, o ganho ou perda acumulada no patrimônio líquido é transferido para o resultado.

Reconhecimento e mensuração:

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está desvalorizado (“*impairment*”).

3.7 Contas a Receber de Clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de produtos ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia.

As contas a receber de clientes, inicialmente, são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para “*impairment*” (perdas no recebimento de créditos). Normalmente na prática são reconhecidas ao valor faturado ajustado a valor presente e ajustado pela provisão para “*impairment*” se necessária.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 30 de Setembro de 2017 Dezembro de 2016.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.8 Estoques

Os estoques estão registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando o método do custo médio. O custo dos produtos em elaboração compreende o custo das matérias-primas, mão-de-obra e outros custos indiretos relacionados à produção baseados na ocupação normal da capacidade e não inclui o custo de empréstimos e financiamentos. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas.

3.9 Investimentos

Nas demonstrações financeiras da controladora, os investimentos permanentes em sociedades controladas e coligadas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

3.10 Imobilizado

A Companhia, com objetivo de mensurar seus ativos imobilizados a valor justo, efetuou em 2010 a atualização pelo custo atribuído.

O custo de aquisição registrado no imobilizado está líquido dos tributos recuperáveis, e a contrapartida está registrada em impostos a recuperar.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear durante a vida útil estimada.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior que seu valor recuperável estimado.

3.11 Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos a amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Ativos Intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

3.12 “Impairment” de Ativos Não Financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de “impairment” sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por “impairment” é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 30 de Setembro de 2017 Dezembro de 2016.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Para fins de avaliação do “*impairment*”, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido “*impairment*”, são revisados para a análise de uma possível reversão do “*impairment*” na data de apresentação das demonstrações financeiras.

Anualmente ou quando houver indicação que uma perda foi sofrida, a Companhia realiza o teste de recuperabilidade dos saldos contábeis de ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos não circulantes incluindo o ágio, para determinar se estes ativos sofreram perdas por “*impairment*”.

Estes testes são realizados, de acordo com o CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, baseado em seu valor de uso (valor presente dos fluxos de caixa futuros que se espera obter com o bem).

3.13 Contas a Pagar a Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente quando relevante.

3.14 Financiamentos e empréstimos

Os financiamentos e empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

3.15 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada (*constructive obligation*), como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor foi estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

3.16 Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas fiscais do período compreendem o imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio.

Os encargos de imposto de renda e da contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, na data do balanço do país em que a Companhia atua. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 30 de Setembro de 2017 Dezembro de 2016.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são lançados no ativo não circulante ou no passivo não circulante decorrem de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social e de diferenças temporárias originadas entre receitas e despesas lançadas no resultado, entretanto, adicionadas ou excluídas temporariamente na apuração do lucro real e da contribuição social. Os ativos decorrentes de créditos tributários diferidos somente são reconhecidos quando há expectativa da geração de resultados futuros suficientes para compensá-los ou até o limite do valor dos tributos diferidos registrados no passivo.

3.17 Participação nos Lucros

Os programas de participação nos lucros são definidos diretamente pelas empresas controladas e coligadas.

No consolidado, a Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em programa devidamente aprovado pelo Sindicato da classe laboral e que leva em conta a avaliação de desempenho e metas setoriais.

3.18 Apuração do Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência dos exercícios e, no consolidado, inclui o reconhecimento do resultado dos contratos de construção por empreitada e fornecimentos, calculados pelos percentuais de estágios da execução dos projetos com base na relação existente entre a receita estimada atualizada e os custos orçados estimados e os custos incorridos, de acordo com a Resolução CFC no. 1.411/12 que deu nova redação à Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 17 – Contratos de Construção do Conselho Federal de Contabilidade.

3.19 Reconhecimento das Receitas de Vendas

As receitas de vendas, no consolidado, compreendem o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos e das devoluções, bem como, após a eliminação das vendas entre empresas da Companhia.

A Companhia reconhece a receita quando:

- (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade;
- (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda; e
- (iv) pelo método da percentagem completada, a receita do contrato é reconhecida na Demonstração do Resultado nos períodos contábeis em que o trabalho for executado, o mesmo ocorrendo com os custos do trabalho com os quais se relaciona, conforme determina a NBC TG 17 – Contratos de Construção.

3.20 Dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia.

3.21 Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer que a administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 30 de Setembro de 2017 Dezembro de 2016.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras, são:

- a) créditos de liquidação duvidosa que são inicialmente provisionados e posteriormente lançados para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação;
- b) vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis;
- c) “*impairment*” dos ativos imobilizados, intangíveis;
- d) expectativa de realização dos créditos tributários diferidos do imposto de renda e da contribuição social;
- e) passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto a assessoria jurídica da Companhia.

A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente e/ou anualmente.

3.22 Normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não entraram em vigor. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

- IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e revisado em outubro de 2010. O IFRS 9 é o primeiro padrão emitido como parte de um projeto maior para substituir o IAS 39. O IFRS 9 retém, mas simplifica, o modelo de mensuração e estabelece duas categorias de mensuração principais para os ativos financeiros: custo amortizado e valor justo. A determinação deve ser feita no momento inicial da contratação do instrumento financeiro. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros. Para passivos financeiros a norma retém a maior parte dos requerimentos do IAS 39. A principal alteração refere-se aos casos onde o valor justo dos passivos financeiros calculado deve ser segregado de forma que a parte relativa ao valor justo relativa ao risco de crédito da própria entidade seja reconhecida em “Outros resultados abrangentes” e não no resultado do período. A orientação incluída no IAS 39 sobre *impairment* dos ativos financeiros e contabilização de hedge continua a ser aplicada. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018.

- IFRS 15 – Receita de contratos com clientes – Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela deverá ser reconhecida. Essa norma entrará em vigor em 2018 e substitui a IAS 11 – Contratos de construções, IAS 18 – Receitas e correspondentes interpretações.

- IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil (ainda não possui norma brasileira equivalente) – com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17 – “Operações de Arrendamento Mercantil” e correspondentes interpretações.

NOTA 4 - GERENCIAMENTO DE RISCOS DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em atendimento a Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC números 38, 39 e 40, e a Instrução CVM 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 30 de Setembro de 2017 Dezembro de 2016.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

- a) **Recebíveis:** São classificados como recebíveis os valores de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros ativos circulantes, cujos valores registrados aproximam-se, na data do balanço, aos de realização.
- b) **Mensurados ao valor justo por meio do resultado:** As aplicações financeiras são classificadas como equivalentes de caixa por serem de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sendo mensuradas ao valor justo por meio do resultado.
- c) **Derivativos:** A Companhia não mantém operações em derivativos.
- d) **Outros passivos financeiros:** São classificados neste grupo os empréstimos e financiamentos, os saldos mantidos com fornecedores e outros passivos circulantes, que são avaliados pelo custo amortizado.
- e) **Valor justo:** Os valores justos dos instrumentos financeiros são iguais aos valores contábeis.
- f) **Gerenciamento de riscos de instrumentos financeiros:** A Administração da Companhia realiza o gerenciamento da exposição aos riscos de taxas de juros, câmbio, crédito e liquidez em suas operações com instrumentos financeiros dentro de uma política global de seus negócios.

• Risco de crédito

A característica dos serviços e fornecimentos executados pela Companhia e de suas controladas e coligadas é de grandes empreendimentos, sendo que a maioria tem etapas de construção de médio e longo prazo e são pagos na medida em que vão sendo executados, reduzindo, desta forma, os riscos de crédito. Todos os preços são reajustados anualmente, conforme fórmula contratual.

• Riscos de taxas de juros

O objetivo da política de gerenciamento de taxas de juros é de minimizar os possíveis impactos por conta das flutuações das taxas de juros indexadas aos seus instrumentos financeiros. Para isso, a Companhia adota a estratégia de diversificar suas operações, lastreando seus instrumentos financeiros em taxas fixas e variáveis.

• Riscos de taxas de câmbio

A Companhia está exposta ao risco de taxa de câmbio. Para reduzir esse risco a Administração da Companhia monitora permanentemente o mercado de câmbio.

• Risco de liquidez

A política de gerenciamento de riscos implica em manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos.

• Gestão de risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital.

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Exposição Cambial

A fim de apresentar os riscos que podem gerar prejuízos significativos para a Companhia, conforme determinado pela CVM, por meio das Instruções n.ºs. 475/08 e 550/08, apresentamos a seguir, demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que apresentam risco associado à variação na taxa de câmbio (risco de alta do dólar).

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 30 de Setembro de 2017 Dezembro de 2016.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Quadro Demonstrativo de Análise de Sensibilidade da Exposição Cambial				
Descrição	30/09/2017	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Passivos				
Dívida Bancária	34.040	37.443	40.847	44.251
Exposição Líquida - R\$ Mil	34.040	37.443	40.847	44.251
Exposição Líquida - US\$ Mil	10.738	10.738	10.738	10.738
Taxa Dólar	3,17	3,49	3,80	4,12

Cenário I: Variação de 10% na taxa do dólar

Cenário II: Variação de 20% na taxa do dólar

Cenário III: Variação de 30% na taxa do dólar

Variação Cambial

A Companhia está sujeita ao risco cambial em decorrência, principalmente, de empréstimos em moeda estrangeira. Em 30 de setembro de 2017, a Companhia possuía uma exposição cambial de US\$ 10.738 milhões, conforme quadro acima.

Exposição a Juros

A Companhia entende que os demais instrumentos financeiros não apresentam riscos relevantes e, portanto, dispensam a demonstração da análise de sensibilidade, referida na Instrução nº475/08 e 550/08.

Instrumentos Financeiros por Categoria

Em atendimento a Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC nºs 38, 39 e 40, e a Instrução CVM 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 30 de Setembro de 2017 Dezembro de 2016.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2016 conforme balanço patrimonial Circulante	Controladora				Passivos financeiros em 31 de dezembro de 2016 conforme balanço patrimonial Circulante	Controladora	
	Mensurado pelo valor justo por meio do resultado	Empréstimos e Recebíveis	Outros ativos financeiros	Total		Outros passivos financeiros	Total
Caixa e equivalentes (a)	87	11	-	98	Fornecedores (f)	20.498	20.498
Contas a receber (b)	-	9.796	-	9.796	Empréstimos e financiamentos (g)	93.387	93.387
Títulos e valores mobiliários (c)	-	32.782	-	32.782	Debêntures (h)	125.295	125.295
Outros créditos (e)	-	-	3.323	3.323	Títulos a pagar (i)	32.478	32.478
Total Circulante	87	42.589	3.323	45.999	Outras contas a pagar (j)	134.304	134.304
					Total Circulante	405.962	405.962
Não Circulante					Não Circulante		
Contas a receber (b)	-	482	-	482	Empréstimos e financiamentos (g)	255.444	255.444
Títulos e valores mobiliários (c)	-	-	-	-	Títulos a pagar (i)	-	-
Títulos a receber (d)	-	7.774	-	7.774	Outras contas a pagar (j)	9.162	9.162
Total Não Circulante	-	8.256	-	8.256	Total Não Circulante	264.606	264.606
TOTAL GERAL	87	50.845	3.323	54.255	TOTAL GERAL	670.568	670.568

Ativos financeiros em 30 de setembro de 2017 conforme balanço patrimonial Circulante	Controladora				Passivos financeiros em 30 de setembro de 2017 conforme balanço patrimonial Circulante	Controladora	
	Mensurado pelo valor justo por meio do resultado	Empréstimos e Recebíveis	Outros ativos financeiros	Total		Outros passivos financeiros	Total
Caixa e equivalentes (a)	88	219	-	307	Fornecedores (f)	22.421	22.421
Contas a receber (b)	-	9.160	-	9.160	Empréstimos e financiamentos (g)	108.188	108.188
Títulos e valores mobiliários (c)	-	32.782	-	32.782	Debêntures (h)	128.492	128.492
Outros créditos (e)	-	-	1.271	1.271	Títulos a pagar (i)	34.149	34.149
Total Circulante	88	42.161	1.271	43.520	Outras contas a pagar (j)	131.333	131.333
					Total Circulante	424.583	424.583
Não Circulante					Não Circulante		
Contas a receber (b)	-	482	-	482	Empréstimos e financiamentos (g)	261.926	261.926
Títulos e valores mobiliários (c)	-	-	-	-	Outras contas a pagar (j)	12.176	12.176
Títulos a receber (d)	-	7.774	-	7.774			
Total Não Circulante	-	8.256	-	8.256	Total Não Circulante	274.102	274.102
TOTAL GERAL	88	50.417	1.271	51.776	TOTAL GERAL	698.685	698.685

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 30 de Setembro de 2017 Dezembro de 2016.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2016 conforme balanço patrimonial Circulante	Consolidado				Passivos financeiros em 31 de dezembro de 2016 conforme balanço patrimonial Circulante	Consolidado	
	Mensurado pelo valor justo por meio do resultado	Derivativos usados Empréstimos e Recebíveis	Outros ativos financeiros	Total		Outros passivos financeiros	Total
Caixa e equivalentes (a)	291	1.369	-	1.660	Fornecedores (f)	100.726	100.726
Contas a receber (b)	-	220.628	-	220.628	Empréstimos e financiamentos (g)	183.118	183.118
Títulos e valores mobiliários (c)	-	32.797	-	32.797	Debêntures (h)	125.295	125.295
Títulos a receber (d)	-	4.160	-	4.160	Títulos a pagar (i)	32.616	32.616
Outros créditos (e)	-	-	50.295	50.295	Outras contas a pagar (j)	220.029	220.029
Total Circulante	291	258.954	50.295	309.540	Total Circulante	661.784	661.784
Não Circulante					Não Circulante		
Contas a receber (b)	-	36.399	-	36.399	Empréstimos e financiamentos (g)	277.175	277.175
Títulos e valores mobiliários (c)	-	-	-	-	Títulos a pagar (i)	-	-
Títulos a receber (d)	-	8.052	-	8.052	Outras contas a pagar (j)	13.406	13.406
Outros Créditos (e)	-	-	36.360	36.360	Total Não Circulante	290.581	290.581
Total Não Circulante	-	44.451	36.360	80.811	TOTAL GERAL	952.365	952.365
TOTAL GERAL	291	303.405	86.655	390.351			

Ativos financeiros em 30 de setembro de 2017 conforme balanço patrimonial Circulante	Consolidado				Passivos financeiros em 30 de setembro de 2017 conforme balanço patrimonial Circulante	Consolidado	
	Mensurado pelo valor justo por meio do resultado	Derivativos usados Empréstimos e Recebíveis	Outros ativos financeiros	Total		Outros passivos financeiros	Total
Caixa e equivalentes (a)	288	1.477	-	1.189	Fornecedores (f)	113.023	113.023
Contas a receber (b)	-	222.577	-	222.577	Empréstimos e financiamentos (g)	208.755	208.755
Títulos e valores mobiliários (c)	-	32.797	-	32.797	Debêntures (h)	128.492	128.492
Títulos a receber (d)	-	4.160	-	4.160	Títulos a pagar (i)	34.287	34.287
Outros créditos (e)	-	-	41.252	41.252	Outras contas a pagar (j)	217.870	217.870
Total Circulante	288	258.057	41.252	299.597	Total Circulante	702.427	702.427
Não Circulante					Não Circulante		
Contas a receber (b)	-	36.399	-	36.399	Empréstimos e financiamentos (g)	281.477	281.477
Títulos a receber (d)	-	8.155	-	8.155	Outras contas a pagar (j)	16.430	16.430
Títulos e valores mobiliários (c)	-	-	-	-	Total Não Circulante	297.907	297.907
Outros Créditos (e)	-	-	42.809	42.809	TOTAL GERAL	1.000.334	1.000.334
Total Não Circulante	-	44.554	42.809	87.363			
TOTAL GERAL	288	302.611	84.061	386.960			

(a) Caixa e equivalentes de caixa

As aplicações financeiras estão estruturadas em CDB's, e corrigidas em base exponencial "pro rata die", desde a data de origem de cada aplicação, por taxas pós-fixadas, portanto, os valores contábeis já estão registrados pelo valor da moeda no encerramento destas demonstrações.

(b) Contas a receber

As contas a receber do ativo circulante correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de produtos ou prestações de serviço.

(c) Títulos e Valores Mobiliários

Os valores lançados nesta rubrica referem-se aos direitos creditórios adquiridos para pagamentos de obrigações tributárias (ICMS).

(d) Títulos a receber

Referem-se, principalmente, aos créditos devidos pela Prefeitura Municipal de Chapecó.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 30 de Setembro de 2017 Dezembro de 2016.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(e) Outros Créditos

Referem-se, principalmente, aos adiantamentos efetuados às consorciadas pertencentes ao Consórcio IESA/Consbem responsáveis pelo fornecimento e instalação de vias permanentes para a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM), e aos créditos pela venda pela IESA Projetos de parte da participação societária na TIISA – Triunfo IESA Infraestrutura S.A..

(f) Fornecedores

São obrigações a pagar por bens ou serviços adquiridos de fornecedores pela Companhia e por suas controladas e coligadas.

(g) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos não são contemplados com taxas subsidiadas, todas as operações possuem taxas que são consideradas taxas de mercado.

(h) Debêntures

O valor contábil das debêntures estão atualizados de acordo com as cláusulas contratuais constantes da escritura de subscrição.

(i) Títulos a pagar

São valores devidos a terceiros, principalmente, por conta de acordos judiciais, e os valores estão atualizados pelo IGPM.

(j) Outras contas a pagar

Referem-se, principalmente, aos valores devidos às empresas constituídas em consórcios/SCP, e seus valores estão atualizados.

NOTA 5 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Bancos Conta Movimento	219	11	901	1.369
Aplicação Financeira	88	87	288	291
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	307	98	1.189	1.660

Caixa e equivalentes incluem caixa, contas bancárias nacionais e aplicações financeiras estruturadas em CDBs remunerados por taxas que variam entre 100,0% a 102,0% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 30 de Setembro de 2017 Dezembro de 2016.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 6 – CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Cientes interno	23.122	23.758	309.030	316.086
Cientes externo	-	-	3.651	3.663
Provisão de crédito de liquidação duvidosa	(13.480)	(13.480)	(53.705)	(62.722)
	9.642	10.278	258.976	257.027
Circulante	9.160	9.796	222.577	220.628
Não circulante	482	482	36.399	36.399

Os valores contabilizados em Provisão de Créditos de Liquidação Duvidosa são apurados após análise individual de cada cliente, levando-se em consideração o período de atraso dos valores a receber e a situação atual de cada devedor.

NOTA 7 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Direitos creditórios	32.782	32.782	32.797	32.797
	32.782	32.782	32.797	32.797
Circulante	32.782	32.782	32.797	32.797
Não circulante	-	-	-	-

Refere-se, principalmente, a compra de direitos creditórios, conforme instrumento particular assinado entre a Inepar e a empresa Atlântico Agropastoril Ltda., cujos valores serão utilizados para liquidação de passivos tributários (ICMS).

NOTA 8 – ESTOQUES

	Consolidado	
	30/09/2017	31/12/2016
Produtos em elaboração	780	1.166
Insumos e materiais	125.090	145.131
Adiantamentos a fornecedores	33.590	33.997
Importações em andamento	40.150	41.015
	199.610	221.309

O saldo de produtos em elaboração refere-se a custos de obras em andamento que foram suportados pelas Companhias coligadas e controladas e que ainda não foram medidos ou cobrados dos clientes; a realização destes valores está condicionada ao cumprimento de etapas de serviços que serão faturados aos clientes ao longo da execução dos projetos (obras).

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 30 de Setembro de 2017 Dezembro de 2016.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 9 – TÍTULOS A RECEBER

O saldo de títulos a receber está composto por valores da Inepar S.A. Indústria e Construções – em recuperação judicial e das controladas IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial e Inepar Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial, conforme demonstrado abaixo:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Créditos com terceiros (a)	7.774	7.774	7.774	7.774
Debêntures 1º emissão CBD	-	-	4.160	4.160
Outros créditos	-	-	381	278
	7.774	7.774	12.315	12.212
Circulante	-	-	4.160	4.160
Não circulante	7.774	7.774	8.155	8.052

- a) O valor lançado na rubrica de créditos com terceiros refere-se, aos créditos contra a DNOS – Departamento Nacional de Obras e Saneamentos, por conta de processo em que a Inepar obteve decisão judicial favorável.

NOTA 10 – CRÉDITOS DE IMPOSTOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
INSS retido na fonte	-	-	493	-
IRPJ saldo negativo	-	-	118	-
IR/CSLL retido na fonte	-	-	1.211	-
Impostos e contribuições a compensar	448	1.062	448	4.233
ICMS a recuperar	53	53	4.148	4.528
IPI a recuperar	974	974	1.211	1.211
PIS/COFINS lei 9718/98	8.439	8.439	8.439	8.439
PIS/COFINS lei 10833/03	-	-	1.079	-
Adiantamentos efetuados - parcelamentos (b)	20.839	20.822	31.119	30.915
Impostos e contribuições retidos na fonte	11	11	11	1.673
IRPJ diferido sobre diferenças temporárias (a)	24.615	24.956	54.515	55.677
CSLL diferido sobre diferenças temporárias (a)	8.861	8.984	19.624	20.044
Créditos transferidos de terceiros (c)	2.016	2.016	2.016	2.016
Créditos fiscais a compensar	3.185	3.185	3.185	3.187
Demais créditos (d)	7.388	7.182	11.072	8.966
	76.829	77.684	138.689	140.889
Circulante	13.824	13.641	24.178	24.449
Não circulante	63.005	64.043	114.511	116.440

- a) Os valores referentes ao imposto de renda e a contribuição social diferido, na controladora, referem-se a créditos sobre prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da contribuição social, reconhecidos até o limite do valor dos tributos diferidos registrados no passivo.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 30 de Setembro de 2017 Dezembro de 2016.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Constituição de créditos por conta de pagamentos efetuados antecipadamente para a Receita Federal do Brasil e que serão compensados nos próximos parcelamentos.

c) Refere-se aos créditos fiscais recebidos da Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A, que foram transferidos para a Inepar S.A. Indústria e Construções – em recuperação judicial, quando da venda da participação acionária da AHI, realizada no exercício de 2015. Estes créditos foram utilizados pela Inepar para liquidação da parcela inicial de até 20% prevista no programa Refis Lei 12.996/2014. O saldo remanescente será utilizado para pagamento das parcelas vincendas deste parcelamento. Para a utilização destes créditos a Inepar obteve parecer favorável da 1ª Vara da Subseção Judiciária de Araraquara-SP.

d) Correspondem, em sua maioria, a processos administrativos de pedidos de restituição de INSS recolhidos indevidamente junto à Receita Federal do Brasil e que se encontram na fase de análise.

NOTA 11 – OUTROS CRÉDITOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Adiantamento a Empregados	62	89	2.812	2.051
Créditos com empresas constituídas em SCP (a)	-	-	8.847	8.847
Adiantamento a Fornecedores	727	1.795	1.495	2.551
Notas de débitos a Emitir / Receber	-	-	2.305	1.496
Valores a Receber - venda participação TIISA (b)	-	-	24.434	26.791
Furnas Centrais Elétricas S.A.	-	950	-	950
Prefeitura de Chapecó (d)	-	-	17.021	17.021
Créditos com a Central Companhia Transporte (c)	-	-	16.293	16.294
Outros	482	489	10.854	10.654
Total	1.271	3.323	84.061	86.655
Circulante	1.271	3.323	41.252	50.295
Não circulante	-	-	42.809	36.360

a) Refere-se aos adiantamentos efetuados às sócias da SCP (Sociedade por Conta de Participação) IESA/Consbem, responsável por um empreendimento junto a Companhia de Transporte de Salvador (CTS).

b) Refere-se ao saldo do valor da venda pela IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em recuperação judicial, de 32,47% da participação societária da TIISA – Triunfo IESA Infraestrutura S.A., conforme contrato de compra e venda de ações de 01/12/2014, devidamente aprovada pelo Juiz da Recuperação Judicial. Do saldo de R\$ 24.434, o valor de R\$ 12.573 refere-se ao crédito de energia elétrica recebida como parte de pagamento para ser consumida pela Iesa até 2019, e o saldo restante de R\$ 11.861, refere-se as parcelas vencidas e não recebidas no exercício de 2016.

c) Refere-se à ação ordinária de cobrança em fase de cumprimento de sentença movida contra a Companhia Estadual de Engenharia de Transportes e Logística.

d) Refere-se aos créditos devidos pela Prefeitura Municipal de Chapecó e está contabilizado na controlada IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A..

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 30 de Setembro de 2017 Dezembro de 2016.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 12 – INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Participação em controladas/coligadas (a)	512.632	515.516	225.655	223.694
Bens não operacionais	23	23	23	23
Propriedade para Investimentos (b)	-	-	32.765	32.765
Outros investimentos (c)	2.616	2.616	3.304	3.304
	515.271	518.155	261.747	259.786

a) Participações em empresas controladas/coligadas

	Capital Social	Patrimônio Líquido	Resultado do Exercício	Resultado de Equivalência	Valor do Investimento	
					30/09/2017	31/12/2016
<u>Controladas/Coligadas</u>						
IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. (i)	200.809	(869.364)	(77.020)	(77.020)	-	-
Companhia Brasileira de Diques S.A. (ii)	2.637	336.350	(7.011)	(3.487)	167.233	167.423
Penta Participações e Investimento Ltda. (iii)	230.601	170.560	278	278	170.560	170.282
Inepar Equipamentos e Montagens S.A.	191.423	174.839	(2.972)	(2.972)	174.839	177.811
Innovida Participações S.A.	12.541	(6.546)	-	-	-	-
				(83.201)	512.632	515.516

	Quantidade de ações possuídas		Participação em %	Participação no capital votante em %
	O. N.	P. N.		
<u>Controladas/Coligadas</u>				
IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.	149.799	-	74,60	100,00
Companhia Brasileira de Diques S.A.	289	-	49,72	49,72
Penta Participações e Investimento Ltda.	230.601	quotas	100,00	100,00
Inepar Equipamentos e Montagens S.A.	246.386	66.035	100,00	100,00
Innovida Participações S.A.	12.541	-	100,00	100,00

(i) IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial

A Companhia capitalizou em 2003 a controlada IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial, mediante a transferência de acervo técnico e máquinas e equipamentos, com base em seus valores de mercados, definidos em laudos de avaliação emitidos por empresa especializada, em 30 de abril e 31 de maio de 2003 e Instrumento Particular de Transferência, celebrado em 07 de abril de 2003.

Tendo em vista a IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial apresentar Passivo a Descoberto em 30 de setembro de 2017, a Inepar constituiu provisão até a totalidade do valor do passivo a descoberto conforme descrito na nota 23.

(ii) Companhia Brasileira de Diques S.A.

Refere-se à aquisição, em 31 de março de 2012, de 50% de participação no capital da Companhia Brasileira de Diques, conforme Instrumento Particular de Compra e Venda de Ações e outras Avenças, no valor de R\$ 608.734.

Conforme ata da Assembleia Geral Extraordinária, de 29 de Junho de 2014, foi deliberado sobre o aumento do Capital no montante de R\$ 986 mediante a emissão de 3.288 novas ações ordinárias nominativas, ao valor unitário de emissão de R\$ 300,00. O referido aumento de capital foi subscrito e integralizado pela Partbank Consultoria Financeira e Administração de Bens e Participações Ltda. Desta forma, a participação da INEPAR S.A. Indústria e Construções – em recuperação judicial foi reduzida para 49,72%.

(iii) Penta Participações e Investimentos Ltda.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 30 de Setembro de 2017 Dezembro de 2016.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Refere-se ao investimento realizado na empresa Penta Participações e Investimentos Ltda. em 2004 através da participação acionária mantida na empresa Centrais Elétricas Matogrossenses – CEMAT. Em 11 de dezembro de 2015, a participação acionária na CEMAT foi transferida para o BNDES para abatimento das dívidas junto a este órgão.

b) Propriedade para Investimentos

Corresponde ao imóvel localizado na cidade de Magé no Estado do Rio de Janeiro, pertencente à controlada indireta IESA Óleo & Gás S.A. – em Recuperação Judicial, este imóvel está com o valor avaliado pelo valor de mercado. O referido imóvel será utilizado pela empresa para liquidação de passivos juntos aos bancos credores.

c) Outros investimentos

O valor de outros investimentos no consolidado corresponde principalmente aos investimentos na Usina Hidrelétrica de Cubatão S.A..

NOTA 13 – IMOBILIZADO

Controladora	Edificações e Máquinas e Móveis e Instalações e Equipamentos							Total
	Terrenos	Benfeitorias	Equipamentos	Utensílios	Ferramentas	de Informática	Outros	
Taxas anuais de depreciação	0%	25%	10% a 40%	10%	2% a 10%	1% a 10%	10% a 30%	
Em 31 de Dezembro de 2016								
Custo	20.129	197.815	23.653	21	5.515	13	3.989	251.136
Depreciação Acumulada	-	(88.261)	(22.607)	(7)	(5.037)	(5)	(1.767)	(117.683)
Valor contábil líquido	20.129	109.554	1.046	14	478	8	2.222	133.453
Depreciação	-	(3.002)	(135)	(2)	(17)	(1)	-	(3.156)
Saldo Final	20.129	106.552	911	12	461	7	2.222	130.297
Em 30 de Setembro de 2017								
Custo	20.129	197.815	23.653	21	5.515	13	3.989	251.136
Depreciação Acumulada	-	(91.263)	(22.742)	(9)	(5.054)	(6)	(1.767)	(120.839)
Valor contábil líquido	20.129	106.552	911	12	461	7	2.222	130.297

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 30 de Setembro de 2017 Dezembro de 2016.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Consolidado	Edificações e		Máquinas e	Móveis e	Instalações e	Equipamentos	Outras	Total
	Terrenos	Benfeitorias	Equipamentos	Utensílios	Ferramentas	de Informática	Imobilizações	
Taxas anuais de depreciação	0%	4% a 25%	10% a 40%	10%	2% a 10%	1% a 10%	10% a 30%	
Em 31 de Dezembro de 2016								
Custo	29.741	233.446	206.661	6.801	13.670	17.709	80.894	588.922
Depreciação Acumulada	-	(95.090)	(107.986)	(4.894)	(5.768)	(11.585)	(1.767)	(227.090)
Valor contábil líquido	29.741	138.356	98.675	1.907	7.902	6.124	79.127	361.832
Em 30 de Setembro de 2017								
Custo	29.741	233.446	202.669	6.802	13.670	17.709	80.894	584.931
Depreciação Acumulada	-	(98.436)	(111.498)	(5.176)	(5.956)	(12.522)	(1.767)	(235.355)
Valor contábil líquido	29.741	135.010	91.171	1.626	7.714	5.187	79.127	349.576
Adições	-	-	738	1	-	-	-	739
Baixas	-	-	(4.730)	-	-	-	-	(4.730)
Depreciação	-	(3.346)	(6.165)	(282)	(188)	(937)	-	(10.918)
Baixas da Depreciação	-	-	2.653	-	-	-	-	2.653
Saldo Final	29.741	135.010	91.171	1.626	7.714	5.187	79.127	349.576

A Companhia procedeu à avaliação da Vida Útil Econômica do Ativo Imobilizado de acordo com a lei 11.638/07 e 11.941/09, atendendo em especial a deliberação CVM nº 583, de 31 de julho de 2009, que aprova o Pronunciamento Técnico CPC 27 o qual aborda o assunto do ativo imobilizado e sua vida útil e a deliberação CVM nº 619, de 22 de dezembro 2009 que aprova a Interpretação Técnica ICPC 10.

Na adoção inicial deste pronunciamento, a Companhia fez a opção de ajustar os saldos iniciais a valores justos, com a utilização do conceito de custo atribuído (deemed cost), mencionado no item 22 da Interpretação Técnica ICPC 10. Desta forma, a Companhia atribuiu o valor justo através de laudo emitido por empresa especializada.

A Companhia realiza testes de recuperabilidade para os ativos intangíveis de vida útil indefinida bem como do imobilizado, não identificando perdas por “impairment”.

Metodologia utilizada para determinar o cálculo da depreciação

A base adotada para determinar o cálculo da depreciação foi à política da Companhia que demonstra as novas vidas úteis e os percentuais de valor residual para cada item do ativo imobilizado das unidades avaliadas. Para cada família de itens, a Companhia estabeleceu uma nova vida útil conforme as premissas, critérios e elementos de comparação citados abaixo.

- Política de renovação dos ativos;
- Inspeção “in loco” de todas as unidades avaliadas;
- Experiência da Companhia com ativos semelhantes;
- Experiência da Companhia com vendas de ativos semelhantes;
- Inventários físicos de todas as unidades avaliadas;
- Informações contábeis e controle patrimonial;
- Especificações técnicas;
- Conservação dos bens;
- Política de Manutenção – Visando salvaguardar os ativos;

Na determinação da política de estimativa de vida útil, os critérios utilizados pelos técnicos foram o estado de conservação dos bens, evolução tecnológica, a política de renovação dos ativos, e a experiência da Companhia com seus ativos.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 30 de Setembro de 2017 Dezembro de 2016.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação foram revistos no encerramento do exercício e não houve nenhum ajuste a ser aplicado.

Neste exercício, a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados poderiam estar acima do valor recuperável e, conseqüentemente, nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizado foi necessária.

NOTA 14 – INTANGÍVEL

Controladora	Marcas e Patentes	Ágio sobre Investimento	Total
Taxas anuais de amortização	20%	0%	
Em 31 de Dezembro de 2016			
Custo	247	391.513	391.760
Amortização acumulada	(247)	-	(247)
Valor contábil líquido	-	391.513	391.513

Em 30 de Setembro de 2017			
Custo	247	391.513	391.760
Amortização acumulada	(247)	-	(247)
Valor contábil líquido	-	391.513	391.513

Consolidado	Marcas e Patentes	Desenvolv Projetos	Programas de Computador	Ágio sobre Investimentos	Total
Taxas anuais de amortização	20%	20%	20%	0%	
Em 31 de Dezembro de 2016					
Custo	247	937	34.076	391.513	426.773
Amortização acumulada	(247)	(664)	(11.271)	-	(12.182)
Valor contábil líquido	-	273	22.805	391.513	414.591
Amortização					
	-	(66)	(1.966)	-	(2.032)
Saldo Final	-	207	20.839	391.513	412.559
Em 30 de Setembro de 2017					
Custo	247	937	34.076	391.513	426.773
Amortização acumulada	(247)	(730)	(13.237)	-	(14.214)
Valor contábil líquido	-	207	20.839	391.513	412.559

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 30 de Setembro de 2017 Dezembro de 2016.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A avaliação econômica da Companhia Brasileira de Diques S.A., foi efetuada pela empresa especializada Moore Stephens Auditores e Consultores e o valor de mercado calculado através da metodologia do fluxo de caixa descontado a valor presente, perfaz o valor total de R\$ 1.217.468.

Conforme laudo de avaliação da empresa Appraisal Avaliações e Engenharia, emitido em novembro de 2014, para fins de constar no Plano de Recuperação Judicial, o valor da Companhia Brasileira de Diques (CBD), permanece até este exercício com valorização de R\$ 650 milhões, correspondente à participação da Inepar S.A. Indústria e Construções – em recuperação judicial.

No exercício anterior foi emitido novo laudo de avaliação para confirmação dos valores anteriormente informados.

NOTA 15 - FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS

Circulante Modalidade	Controladora		Consolidado	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Adiantamento de Câmbio	-	-	25.466	23.573
Arrendamentos Financeiros	-	-	63.590	49.622
Ativo Permanente	52.201	37.401	119.753	110.010
Capital de Giro	55.987	55.986	(54)	(87)
Custos com transf. Financeiras	-	-		
Total Circulante	108.188	93.387	208.755	183.118

Não Circulante Modalidade	Controladora		Consolidado	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Adiantamento de Câmbio	-	-	19.551	19.056
Ativo Permanente	261.926	255.444	261.926	258.119
Total Não Circulante	261.926	255.444	281.477	277.175
Total de Empréstimos e Financiamentos	370.114	348.831	490.232	460.293

Por Data de Vencimento	Controladora		Consolidado	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Vencidos	79.245	74.688	167.662	156.734
Em até 12 meses	19.841	18.700	28.123	26.385
De 1 a 2 anos	21.114	19.900	25.797	24.245
De 2 a 3 anos	17.802	16.778	19.600	18.447
De 3 a 4 anos	15.056	14.190	16.854	15.859
De 4 a 5 anos	15.056	14.190	16.854	15.859
Acima de 5 anos	202.001	190.385	215.341	202.764
Total de Empréstimos e Financiamentos	370.114	348.831	490.232	460.293

Os empréstimos e financiamentos em moedas estrangeiras foram convertidos para reais, mediante a utilização das taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações financeiras, sendo US\$ 1,00 equivalente a R\$ 3,17 em 30 de setembro de 2017 (R\$ 3,26 em 31 de dezembro 2016).

As principais garantias dos empréstimos e financiamentos a pagar correspondem a notas promissórias, avais e garantias dos sócios, equipamentos e direitos sobre contratos de clientes.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 30 de Setembro de 2017 Dezembro de 2016.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 16 - DEBÊNTURES (CONTROLADORA)

Emissão	Empresa	Saldo	Adições	Variação	Saldo
		31/12/2016	/ Baixas	Monetária	30/09/2017
3ª	Inepar S.A. Indústria e Construções	1.861	-	30	1.891
4ª	Inepar S.A. Indústria e Construções	2.241	-	164	2.405
5ª	Inepar S.A. Indústria e Construções	121.193	-	3.003	124.196
SALDO CONTROLADORA		125.295	-	3.197	128.492

Quinta emissão Inepar S.A. Indústria e Construções – em Recuperação Judicial

A 80ª Assembleia Geral Extraordinária, de 18 de julho de 2012, aprovou a emissão de 15.000 debêntures de série única, não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 10 totalizando o montante de R\$ 150.000. As Debêntures são objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação nos termos da Instrução CVM 476, e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, a Oferta Restrita automaticamente dispensada do registro de distribuição perante a CVM de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976.

As Debêntures emitidas possuem garantias reais representadas pela cessão fiduciária de direitos creditórios e de aplicação financeira e alienação fiduciária de bem imóvel. As Debêntures contarão com as garantias a seguir descritas:

- (i) cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes de instrumentos celebrados pela Iesa - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em recuperação judicial e seus clientes, bem como dos direitos emergentes da conta vinculada e de suas aplicações;
- (ii) alienação fiduciária de bem imóvel de propriedade da IESA Óleo & Gás S.A. – em Recuperação Judicial;
- (iii) cessão fiduciária de direitos creditórios sobre aplicação financeira de titularidade da Companhia; e
- (iv) fiança em favor dos Debenturistas ou seus sucessores legais, prestada pela Inepar Administração e Participações S.A. – em Recuperação Judicial, pela Iesa - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial e pela IESA Óleo & Gás S.A. – em Recuperação Judicial, as quais se obrigarão solidariamente à Companhia como fiadoras e principais pagadoras pelo pagamento de todos e quaisquer valores devidos nos termos da Escritura de Emissão.

Remuneração das Debêntures

As Debêntures farão jus à remuneração composta pela atualização monetária e pelos juros remuneratórios, pagos mensalmente, a partir do 13º mês contado da data de emissão (alterado pela 5º AGD de 26/03/2013), conforme abaixo:

Atualização Monetária: o saldo devedor do valor nominal unitário será atualizado, a partir da data da 1ª (primeira) integralização das Debêntures, pela variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. A atualização monetária será automaticamente incorporada ao valor nominal unitário e será paga juntamente com as parcelas de amortização programada;

Juros Remuneratórios: sobre o saldo devedor do valor nominal unitário atualizado, incidirão juros prefixados, correspondentes a um percentual ao ano, equivalente a 8,5% (oito inteiros e cinco décimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por dias úteis decorridos, desde a data da primeira integralização ou data de pagamento dos juros remuneratórios das Debêntures imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento;

Prazo de Carência: haverá período de carência para pagamento da Amortização Programada e da Remuneração, o qual corresponderá ao período entre a data de emissão e o 14º (décimo quarto) mês contado da data de emissão (alterado pela 18º AGD de 27/09/2013).

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 30 de Setembro de 2017 Dezembro de 2016.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Data de Vencimento: 48 (quarenta e oito) meses contados da Data de Emissão, ou seja, no dia 27 de julho de 2016.

Amortização Programada das Debêntures: a amortização programada das Debêntures será realizada mensalmente, juntamente com o pagamento da remuneração, nas datas e nos percentuais aduzidos na escritura de emissão, devendo os percentuais das amortizações programadas serem aplicados sempre sobre o valor nominal unitário atualizado existente após o evento de incorporação da atualização monetária, calculada na data de amortização programada.

Até 30 de setembro de 2017, haviam sido subscritas 8.634 debêntures, cujo saldo contábil atualizado registrado no passivo é de R\$ 124.196.

Conforme deliberação da 22ª Assembleia Geral de Debenturistas da 5ª emissão, realizada em 16 de abril de 2014, a totalidade dos debenturistas deliberou pelo vencimento antecipado da operação. Em virtude desta decisão, os valores foram reclassificados para o passivo circulante.

A Empresa está em negociações com os debenturistas para a liquidação do saldo existente.

NOTA 17 - IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	<u>CONTROLADORA</u>		<u>CONSOLIDADO</u>	
	<u>30/09/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>30/09/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Parcelamento Especial Lei 11.941/09 (a)	416.125	396.262	470.702	448.437
ICMS a recolher/Parcelamentos	41.593	36.978	65.698	44.745
INSS a recolher/Parcelamentos	4.059	3.888	55.980	22.586
PIS/COFINS Diferido	518	518	11.933	11.932
ISS a recolher/Parcelamentos	70.054	7.231	82.984	19.338
PIS/COFINS a recolher/Parcelamentos	10.212	8.508	40.098	35.342
Impostos e Contribuições retidos na fonte	2.371	-	6.744	3.862
Parcelamento simplificado (Pepar)	-	-	-	19.776
Débito previdenciário não consolidado	-	61.021	-	92.100
Parcelamento Refis lei 12.996/14 (b)	16.662	15.792	144.996	137.135
Outros	5.492	7.596	19.517	13.787
	567.086	537.794	898.652	849.040
Circulante	331.391	302.228	526.221	469.114
Não Circulante	235.695	235.566	372.431	379.926

a) Refere-se aos valores remanescentes dos parcelamentos solicitados através da Lei nº 11.941, de 2009, conforme artigo 1º demais débitos no âmbito da Receita Federal do Brasil. Os demais parcelamentos que estavam consolidados de acordo com a Lei nº 11.941 foram transferidos para os parcelamentos previstos na Lei nº 12.996/2014.

b) Em 25/08/2014, a empresa com base na Lei nº 12.996 de 18 de junho de 2014, solicitou os parcelamentos dos débitos junto a PGFN (Procuradoria Geral da Fazenda Nacional) e débitos junto a Receita Federal do Brasil nas modalidades de débitos previdenciários e demais débitos.

Os efeitos contábeis dos parcelamentos solicitados através da Lei nº 12.996, foram reconhecidos no exercício de 2015 tendo em vista que a empresa, por questões financeiras, não apresentou, em agosto de 2014, os recolhimentos das antecipações.

Para quitação das antecipações de até 20% previstas no Programa Refis da Lei 12.996, em 27 de julho de 2015 a Inepar obteve decisão judicial favorável quanto à utilização de créditos depositados judicialmente pela empresa AHI (Andritz Hidro Inepar).

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 30 de Setembro de 2017 Dezembro de 2016.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A consolidação dos débitos tributários no âmbito da Receita Federal do Brasil foi efetuada em setembro de 2015, conforme instruções da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1064 de 30 de julho de 2015 e os demais débitos previdenciários ainda serão consolidados. Para liquidação dos juros e multas foram utilizados créditos com base no prejuízo fiscal e base negativa de CSLL nos montantes de R\$ 58.341 e R\$ 21.003 respectivamente.

NOTA 18 - PROVISÃO DE CUSTOS E ENCARGOS

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
ICMS s/Receitas	2.303	2.303	5.343	6.402
ISS s/Receitas	-	-	809	775
Custos a Incorrer	-	-	313.133	333.426
	2.303	2.303	319.285	340.603
Circulante	-	-	316.982	338.300
Não circulante	2.303	2.303	2.303	2.303

Provisão de custos e encargos refere-se a etapas de serviços contratados que ainda não foram faturados pelos respectivos fornecedores. O valor de R\$ 312.524, no consolidado refere-se, principalmente, ao projeto de Charqueadas da controlada IESA Óleo & Gás – em recuperação judicial, cujo contrato encontra-se cancelado por parte da TUPI BV e cuja rescisão será discutida em processo de arbitragem internacional.

NOTA 19 - ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

Adiantamentos ou sinais recebidos por conta de vendas de produtos ou serviços, deduzidos dos valores contabilizados em receitas pelo avanço físico, bem como o total dos faturamentos antecipados.

NOTA 20 – IMPOSTOS DIFERIDOS

20.1 Tributos Diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras, apurados em conformidade com o pronunciamento do IBRACON e pela Deliberação CVM nº 599/09 e Instrução CVM nº 371/02.

As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Tributos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias ou até o limite do valor registrado de tributos diferidos passivos.

A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda diferidos durante o exercício são as seguintes:

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 30 de Setembro de 2017 Dezembro de 2016.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação Líquida dos Tributos Diferidos	Controladora					
	Tributos Diferidos Ativos		Tributos Diferidos Passivos			Total
	Diferenças Temporárias	Total	Impostos s/Reserva de Reavaliação	Custo Atribuído	Revisão de Vida Útil	
Em 31 de dezembro de 2016	33.940	33.940	16.718	17.814	(592)	33.940
Constituição dos Tributos	-	-	-	-	142	142
Baixa dos Tributos	(154)	(154)	(155)	(132)	-	(287)
Em 31 de março de 2017	33.786	33.786	16.563	17.682	(450)	33.795
Constituição dos Tributos	-	-	-	-	4	4
Baixa dos Tributos	(155)	(155)	(155)	(130)	-	(285)
Em 30 de junho de 2017	33.631	33.631	16.408	17.552	(446)	33.514
Constituição dos Tributos	-	-	-	-	-	-
Baixa dos Tributos	(155)	(155)	(155)	(129)	-	(284)
Em 30 de setembro de 2017	33.476	33.476	16.253	17.423	(446)	33.230

Movimentação Líquida dos Tributos Diferidos	Consolidado								
	Tributos Diferidos Ativos			Tributos Diferidos Passivos					Total
	Prejuízos Fiscais e Base Negativa	Diferenças Temporárias	Total	Impostos s/Reserva de Reavaliação	Impostos s/ Lucros Estatais	Outros Impostos Diferidos	Custo Atribuído	Revisão de Vida Útil	
Em 31 de dezembro de 2016	9.213	66.509	75.722	16.718	41.997	5.488	32.503	14.676	111.382
Constituição dos Tributos	-	-	-	-	-	-	-	142	142
Baixa dos Tributos	-	(925)	(925)	(155)	-	(724)	(349)	(610)	(1.838)
Em 31 de março de 2017	9.213	65.584	74.797	16.563	41.997	4.764	32.154	14.208	109.686
Constituição dos Tributos	-	-	-	-	-	-	-	4	4
Baixa dos Tributos	-	(330)	(330)	(155)	-	(5)	(570)	(19)	(749)
Em 30 de junho de 2017	9.213	65.254	74.467	16.408	41.997	4.759	31.584	14.193	108.941
Constituição dos Tributos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixa dos Tributos	-	(327)	(327)	(155)	-	-	(330)	(18)	(503)
Em 30 de setembro de 2017	9.213	64.927	74.140	16.253	41.997	4.759	31.254	14.175	108.438

20.2 Despesas com Tributos sobre o Lucro

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 30 de Setembro de 2017 Dezembro de 2016.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2017	30/09/2016	30/09/2017	30/09/2016
Prejuízo Antes dos Tributos sobre o Lucro	(148.336)	(222.040)	(151.670)	(219.405)
IRPJ / CSLL Alíquota Nominal	34%	34%	34%	34%
Total Tributos	-	-	(94)	(263)
Ajustes Apuração Alíquota Efetiva				
Adições/Exclusões	(28.042)	(14.899)	(31.193)	(22.557)
Prejuízo Fiscal	-	-	-	(353)
Resultado de Equivalência Patrimonial	28.288	(5.941)	32.650	(3.123)
IRPJ / CSLL no Resultado	246	(20.840)	1.363	(26.296)
Tributos Correntes	-	(20.445)	230	(24.419)
Tributos Diferidos	246	(395)	1.133	(1.877)
Alíquota Efetiva	0,17%	-9,39%	-0,90%	11,99%

NOTA 21 - PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas foram realizadas a valores e prazos usuais de mercado e os valores relativos às operações envolvendo as empresas incluídas no processo de consolidação já se encontram eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas uma vez que se compensam.

Os principais saldos das operações estão assim demonstrados em 30 de setembro de 2017 nas demonstrações financeiras da controladora:

	Ativo Não Circulante	
	Mútuos	
	30/09/2017	31/12/2016
IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.	152.895	151.831
Inepar Administração e Participações S.A.	79.658	78.332
Inepar Telecomunicações S.A.	249	249
IESA - Óleo & Gás S.A.	58.323	58.323
TT Brasil Estrutura Metálicas S.A.	1.925	1.925
IESA Transportes S.A.	48.962	48.962
Contas a Receber Empresas ligadas	7.384	5.157
Afac Inepar Innovida Latin America S.A.	6	6
Afac Inepar Innovida Participações S.A.	5.400	5.400
Afac Penta Participações S.A.	9.891	9.891
Afac Usina Hidrelétrica de Cubatão	646	646
	365.339	360.722
	Passivo Não Circulante	
	Mútuos	
	30/09/2017	31/12/2016
IESA Óleo & Gás S.A.	201.995	201.995
Penta Participações e Investimentos Ltda	155.492	155.491
Demais Empresas	181	381
	357.668	357.867

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 30 de Setembro de 2017 Dezembro de 2016.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Mútuos: a tabela a seguir, apresenta a movimentação de Mútuos com empresas controladas, coligadas e da controladora, e demonstra a variação monetária líquida dos saldos de contratos remanescentes. As taxas utilizadas nos contratos de mútuo são pré-fixadas e refletem o custo de captação de recursos no mercado. O saldo é exigível a qualquer tempo para as Companhias controladas Inepar Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial e IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial.

ATIVO	Saldo 31/12/2016	Adições/ Baixas/Var. Monetária	Saldo 30/09/2017
Empresas			
IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.	151.831	1.064	152.895
Inepar Administração e Participações S.A.	78.332	1.326	79.658
Inepar Telecomunicações S.A.	249	-	249
IESA - Óleo & Gás S.A	58.323	-	58.323
TT Brasil Estrutura Metálicas S.A.	1.925	-	1.925
IESA Transportes S.A.	48.962	-	48.962
Contas a Receber Empresas ligadas	5.157	2.227	7.384
AFAC - Inepar Innovida Latin America S.A.	6	-	6
AFAC - Inepar Innovida Participações S.A.	5.400	-	5.400
AFAC - Penta Participações Ltda.	9.891	-	9.891
AFAC - Usina Hidrelétrica de Cubatão	646	-	646
	360.722	4.617	365.339
PASSIVO			
Inepar Equipamentos e Montagens S.A. (a)	201.995	-	201.995
Penta Participações e Investimentos Ltda (b)	155.491	1	155.492
Demais Empresas	381	(200)	181
	357.867	23.077	357.668

- a) Refere-se à transferência de direitos sobre ativos financeiros utilizados pela Companhia para liquidação da alienação de 50% da participação na Companhia Brasileira de Diques.
- b) Refere-se, principalmente, ao valor do investimento nas Centrais Elétricas Matogrossense S.A.-CEMAT alienado pela controlada Penta a favor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, pelo valor de R\$ 151.792, conforme decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, através do processo nº 1010111-27.2014.8.26.0037. Este valor foi utilizado para amortização de parte da dívida da Inepar junto ao BNDES.

NOTA 22 - PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia está envolvida em processos judiciais em andamento perante diferentes tribunais e instâncias de natureza trabalhista, tributária e civil. Para estes processos, a Companhia apresentou defesa administrativa e judicial e as provisões foram efetuadas de acordo com a avaliação de seus assessores jurídicos.

A administração da Companhia prevê que a provisão para contingência constituída para os processos cuja perda é considerada como provável é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos judiciais. Parte destas contingências está suportada por depósitos judiciais relacionados aos processos em discussão.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 30 de Setembro de 2017 Dezembro de 2016.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	30/09/2017		31/12/2016	
	CONTROLADORA		CONTROLADORA	
	Possível	Provável	Possível	Provável
Trabalhistas	402	30.489	402	30.489
Tributárias	121.033	22.078	121.033	22.078
Cíveis	33.249	4.894	33.249	4.894
	154.684	57.461	154.684	57.461

Trabalhistas – reclamações trabalhistas vinculadas em sua maioria a vários pleitos indenizatórios. De acordo com a opinião dos assessores jurídicos da Companhia, os riscos contingentes totais montam em R\$ 30.891 e a provisão constituída considera uma redução deste valor com base em um histórico de acordos e trabalho técnico-jurídico desenvolvido nas ações.

Tributárias – representadas basicamente por autuações estaduais e federais e pedidos de restituição ou compensação de tributos, que se encontra em processo de julgamento.

Cíveis – na maior parte compostas por ações de execução, cobrança e indenização.

Contrato com a Tupi BV / Petrobras

O contrato assinado entre a Iesa Óleo & Gas S.A. – em recuperação judicial e a Tupi B.V (“TUPI”) em 26 de julho de 2012, com aditivos posteriores, para realizar a construção de unidades de FPSOs (Floating Production Storage and Offloading), que são grandes equipamentos flutuantes utilizados na produção, estocagem e transferência de petróleo, foi rescindido unilateralmente pela Tupi B.V., Conforme previsto em cláusula contratual, será instaurado processo de arbitragem internacional para apuração dos valores definitivos decorrentes dessa rescisão unilateral, abrangendo, principalmente, registros de contas a receber, adiantamentos a fornecedores, estoques, provisão para custos a incorrer.

NOTA 23 – PROVISÃO PARA PASSIVO A DESCOBERTO

Refere-se à provisão do passivo á descoberto no montante total R\$ 875.910 para as controladas IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A – em Recuperação Judicial e Inepar Innovida Participações S.A.

NOTA 24 – OUTRAS CONTAS A PAGAR

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 30 de Setembro de 2017 Dezembro de 2016.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Consbem Construções e Comercio Ltda.	-	-	2.283	2.508
Gastos com despesas aduaneiras	-	-	2.381	2.381
Delft Administração e Participações S.A.	-	-	3.383	3.383
Obrigações imóvel de Macaé	3.000	3.000	3.000	3.000
Triunfo Infraestrutura S.A.	-	-	3.013	3.013
Bloqueios judiciais	-	-	4.379	4.379
Participações nos lucros	-	-	4.393	3.485
Bressa Participações	-	-	1.757	2.297
MDC Assessoria	-	-	24.527	24.528
Gesempre Gestão Empresarial	-	-	31.574	33.241
Provisão de diversas obrigações a pagar (a)	54.531	54.338	67.632	65.092
Swiss Re Corporate (b)	15.176	17.905	15.176	17.905
Andriz Hydro (c)	70.802	68.223	70.802	68.223
	143.509	143.466	234.300	233.435
Circulante	131.333	134.304	217.870	220.029
Não circulante	12.176	9.162	16.430	13.406

- a) Refere-se, principalmente, ao registro das obrigações constituídas para atender aos acordos efetuados através do Plano de Recuperação Judicial.
- b) Refere-se ao acordo assinado com a Itiquira Energética S.A, através da empresa Swiss Re Corporate Brasil Seguros, para o encerramento do litígio entre Itiquira e Inepar, objeto da execução nº 0135394-63.2006.8.26.0100, em trâmite na 34ª vara cível do fórum central da capital.
- c) Refere-se ao saldo a pagar para Andritz Hydro S.A. por conta da transferência de créditos tributários que estão sendo utilizado pela Inepar para liquidação da parcela inicial de até 20% do Programa REFIS da Lei nº 12.996/2014. Este valor será liquidado em 60 parcelas mensais.

NOTA 25 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social integralizado é de R\$ 407.299, formado por 86.123.467 ações ordinárias e 63.136.159 ações preferenciais. As ações preferenciais não têm direito ao voto e gozam de prioridade na distribuição de dividendos que são, no mínimo, 10% superiores aos atribuídos às ações ordinárias, conforme disposto no inciso I do art. 17 da Lei n.º 6.404/76, com a nova redação dada pela Lei n.º 10.303/01. O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art.202 da Lei n.º 6.404/76.

b) Reserva de Capital

As Reservas de Capital apresentam o saldo de R\$ 155.272 e está assim composta:

- Conforme a 84ª AGE, de 25 de novembro de 2015, foi autorizado o aumento de capital no valor de R\$ 83.978, mediante a emissão particular de 23.732.367 ações ordinárias, sendo destinado à conta de capital o valor de R\$ 4.271 e R\$ 79.707 para a formação de reserva de capital.

- Conforme a 85ª AGE, de 28 de dezembro de 2015, foi autorizado o aumento de capital no valor de R\$ 79.614, mediante a emissão particular de 22.499.035 ações ordinárias, sendo destinado à conta de capital o valor de R\$ 4.049 e R\$ 75.565 para a formação de reserva de capital.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 30 de Setembro de 2017 Dezembro de 2016.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Reserva de Reavaliação

Ativos Próprios – constituída em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado, com base em laudo de avaliação elaborado por peritos avaliadores independentes.

Sociedades Controladas e Coligadas – composta pelo reflexo da reavaliação do investimento na empresa Penta Participações e Investimentos Ltda. e pelas reavaliações de bens dos ativos imobilizados contabilizados pelas controladas Inepar Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial e IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial, com base em laudos firmados por peritos avaliadores independentes.

A realização da reserva, proporcional à depreciação incorrida sobre os bens reavaliados ou quando ocorre a sua alienação, é integralmente transferida para lucros acumulados.

A Companhia decidiu pela manutenção dos saldos das reservas de reavaliações constituídas até a vigência da Lei nº 11.638/07, tendo em vista que os valores contábeis estão inferiores aos de mercado, até a sua efetiva realização.

d) Debêntures Perpétuas

As debêntures perpétuas apresentam o saldo de R\$ 247.861 e estão assim compostos:

- Conforme a 84ª AGE, de 25 de novembro de 2015, foram autorizadas a 6ª e 7ª emissão de debêntures perpétuas da primeira série, da espécie subordinada, sem garantias, para colocação privada, com valor nominal de R\$ 1,00(um real) para cada uma, cujo valor total de emissão foi de R\$ 167.234 para a 6ª emissão e de R\$ 66.433 para a 7ª emissão, as quais serão subscritas e integralizadas mediante a conversão dos créditos existente para cada credor.

- Conforme a 85ª AGE, de 28 de dezembro de 2015, foram autorizadas a 8ª e 9ª emissão de debêntures perpétuas da primeira série, da espécie subordinada, sem garantias, para colocação privada, com valor nominal de R\$ 1,00(um real) para cada uma, cujo valor total de emissão foi de R\$ 10.268 para a 8ª emissão e de R 3.926 para a 9ª emissão, as quais serão subscritas e integralizadas mediante a conversão dos créditos existente para cada credor.

e) Créditos quirografários a converter

Com base no parecer dos nossos consultores jurídicos efetuamos a reclassificação, para o patrimônio líquido, dos créditos que não mais representam passivos para a Companhia e serão obrigatoriamente convertidos em debêntures perpétuas e ou ações a serem emitidas oportunamente pela Companhia, perfazendo o montante de R\$ 238.097. Estes créditos ainda não foram convertidos em função de divergências de valores que estão sendo discutidos com os credores. Os valores nesta rubrica foram registrados com base na melhor estimativa da Companhia.

f) Ajustes de avaliação patrimonial

A rubrica de ajuste de avaliação patrimonial apresenta o saldo de R\$ 794.428, sendo que neste valor está incluído o montante de R\$ 727.651, referente aos ganhos nas conversões dos passivos quirografários em debêntures perpétuas da 7ª e 9ª emissão, cujas conversões foram efetuadas de acordo com a escritura desta emissão.

Estes ganhos foram classificados no patrimônio líquido com base em parecer contábil do Professor Eliseu Martins, onde está entendido que as debêntures devem ser consideradas como instrumentos patrimoniais, tendo em vista que as mesmas não geram a obrigação da companhia de entregar caixa ou outro instrumento financeiro.

g) Destinação do Lucro

Aos acionistas é assegurado dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social da Companhia.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 30 de Setembro de 2017 Dezembro de 2016.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 26 – RESULTADO POR AÇÃO

O resultado básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade de ações emitidas.

Resultado por Ação	30/09/2017	30/09/2016
Numerador		
Resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia		
Resultado disponível aos acionistas preferenciais	(66.109)	(108.425)
Resultado disponível aos acionistas ordinários	(81.981)	(134.455)
	<u>(148.090)</u>	<u>(242.880)</u>
Denominador (em milhares de ações)		
Quantidade de ações preferenciais emitidas	63.136	63.136
Quantidade de ações ordinárias emitidas	86.124	86.124
Total	<u>149.260</u>	<u>149.260</u>
Resultado básico e diluído por ação (em Reais)		
Ação preferencial	(1,047)	(1,717)
Ação ordinária	(0,952)	(1,561)

NOTA 27 - RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2017	30/09/2016	30/09/2017	30/09/2016
Vendas Mercado Interno	-	-	34.079	73.405
Vendas Mercado Externo	-	-	-	4.070
(-) Devoluções e Abatimentos	-	-	-	(1.336)
(-) Impostos sobre as Vendas	-	-	(3.540)	(9.890)
Receita de Vendas	-	-	30.539	66.249

A redução das receitas neste trimestre ocorreu em virtude dos encerramentos de diversos contratos, e principalmente pelo cancelamento do projeto de construção dos módulos de compressão para plataformas, que estavam em fabricação no município de Charqueadas.

NOTA 28 – DESPESAS E RECEITAS FINANCEIRAS

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 30 de Setembro de 2017 Dezembro de 2016.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2017	30/09/2016	30/09/2017	30/09/2016
Despesas Financeiras				
Juros sobre impostos e contribuições	(28.959)	(47.389)	(54.025)	(83.775)
Juros / despesas bancárias	(32.109)	(34.574)	(53.094)	(63.118)
Atualizações de Mútuos Passivos	-	(2.627)	(711)	(1.330)
Variação monetária passiva	-	(276)	-	(308)
Outras despesas financeiras	(1)	(83)	(1.480)	(9.516)
Variações cambiais	(27)	(80)	(3.887)	(4.224)
	(61.096)	(85.029)	(113.197)	(162.271)
Receitas Financeiras				
Receitas de aplicações financeiras	1	1	225	1.274
Receitas atualização debêntures	232	1.362	232	1.362
Juros auferidos	19	28	171	1.084
Variações monetárias ativas	-	-	38	901
Atualizações de Mútuos Ativos	-	6	412	934
Outras receitas financeiras	253	82	315	2.469
Variações cambiais	20	26	2.291	11.662
	525	1.505	3.684	19.686
	(60.571)	(83.524)	(109.513)	(142.585)

NOTA 29 - COBERTURA DE SEGUROS (NÃO AUDITADA)

As máquinas, equipamentos e demais ativos da Companhia estão segurados através da apólice de seguro compreensivo empresarial contratado pela Companhia IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial.

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As premissas adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

NOTA 30 – BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2017	30/09/2016	30/09/2017	30/09/2016
Salários	1.102	1.286	26.319	44.682
Gastos Previdenciários	1.146	827	7.074	8.983
Total	2.248	2.113	33.393	53.665
Número de Empregados	71	60	952	1.513

NOTA 31 - REMUNERAÇÃO DO PESSOAL-CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 30 de Setembro de 2017 Dezembro de 2016.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Conforme estabelecido e aprovado nas atas da controladora e de suas controladas, foi atribuída à remuneração dos administradores, em atendimento ao CPC 05 - Divulgação Sobre Partes Relacionadas, a seguir descritas:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2017	30/09/2016	30/09/2017	30/09/2016
Remuneração do Conselho	1.197	1.337	1.274	1.374
Remuneração de Diretores	806	890	5.259	5.274
Total	2.003	2.227	6.533	6.648

NOTA 32 - INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

As informações por segmento estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 22. A administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base no modelo de organização e gestão aprovadas pelo Conselho de Administração, contendo as seguintes áreas:

Consolidado Em 30 de setembro de 2017	Geração & Eqtos	Serviços/outros	Isa- Oleo&Gás	Total
Receita bruta total	31.278	2.346	510	34.134
Impostos/Deduções	(3.151)	(368)	(135)	(3.654)
Custos dos Produtos e Serviços	(22.262)	(17.887)	(2.227)	(42.376)
Margem Bruta	5.865	(15.909)	(1.852)	(11.896)

NOTA 33 – EVENTOS SUBSEQUENTES:

A Administração da Empresa está em fase de negociação com a intenção de realizar as operações abaixo especificadas com o objetivo de manter a continuidade da Empresa com geração de fluxo de caixa positivo para atender as obrigações constantes do Plano de Recuperação Judicial, bem como as obrigações correntes.

As operações serão realizadas através de edital de oferta pública por meio de propostas fechadas para alienação de dos bens:

Alienação das ações da UPI IOG;

Alienação das ações da UPI Charqueadas, imóvel localizado no município de Charqueadas;

Alienação do imóvel situado no município de Macaé.

Alienação de parte da UPI IPM, com máquinas e imóveis, localizados no município de Araraquara.

Quanto ao leilão dos ativos da UPI IPM realizada em 13 de abril de 2018, foi apresentada uma proposta pela Andritz, porém por problemas burocráticos foi aberto novo prazo para apresentação de novas propostas, estando assim previsto a nova abertura das propostas para o dia 21 de maio de 2018.

Constituição do FIDC (Fundo de Investimento de Direitos Creditórios), com a integralização de ativos em fase final de negociação dos créditos. Estes créditos serão utilizados principalmente para liquidação de passivos juntos aos bancos credores.

Fechamentos de acordos com bancos, visando a liquidação dos passivos, sendo parte de pagamentos em reais e parte em bens(imóvel de Magé).

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 30 de Setembro de 2017 Dezembro de 2016.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Instauração de arbitragem contra a Petrobras, visando o ressarcimento de valores devidos pelo cancelamento unilateral do contrato com a Tupi-BV e PNBV.

Todas estas ações irão permitir a entrada de recursos para manter o equilíbrio do fluxo de caixa da empresa visando suprir as necessidades dos projetos em andamento e dos projetos a serem contratados, bem como também para cumprir com as obrigações previstas no Plano de Recuperação Judicial.

DIRETORIA EXECUTIVA:

Warley Isaac Noboa Pimentel – Diretor Presidente

Jauneval de Oms – Diretor Comercial

Irajá Galliano Andrade – Diretor de Relações com Investidores

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

Atilano de Oms Sobrinho

Di Marco Pozzo

Valdir Lima Carreiro

Cesar Romeu Fiedler

Irajá Galliano Andrade

Jauneval de Oms

Carlos Alberto Del Claro Gloger

CONTADOR: Jair Malpica – CPF 667.583.788-53 – CRC-1SP100417/O-6
